



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA TRINTA
DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE.

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, a Sra. Arqta. Élia Sofia Duarte Feiteira, o Sr. Carlos Alberto Brito Folques, a Sra. Dra. Lúcia Isabel Narciso Prata, o Sr. João José Pereira Esteves e o Sr. Nuno Miguel Fonseca da Costa, tendo sido substituídos pelo Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro, Sr. António Moreira Lopes, Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, Sra. D. Rosa Maria Augusto Rodrigues, Sr. Rui Miguel Dinis Tavares, Sra. Dra. Gorete Maria Matias Pereira e Sra. D. Maria Cristina Carvalho Marques Sousa, respectivamente.

A Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre também esteve ausente, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhe foi deferido. Também se encontrava ausente a Sra. D. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, que não justificou a sua falta, pelo que lhe foi considerada injustificada.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2011 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

III – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para representar a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

IV – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2010.

V – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2010.

Iniciado o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal submeteu à votação a acta da sessão ordinária de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Seguidamente, depois de feitas as inscrições para as intervenções do período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Antes da Ordem do Dia tinha aqui três ou quatro pontos que gostava de vos fazer sentir e transmitir à Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara. Tem a ver com o seguinte: há um conjunto de eventos a que temos assistido nesta terra, neste concelho e uma série deles que transcendem o concelho de Oliveira do Hospital, que se projectam para a região e que se projectam para o país. Acho que é bom fazer realçar isso e fazer realçar o que de novo está a acontecer aqui em Oliveira do Hospital.

Naturalmente que algumas situações e alguns eventos já vinham de anteriormente e é de realçar o existirem. Agora, foi-lhes dado novo fôlego, uma nova vida, e, realmente, sente-se aqui um pulsar forte e que mexe com todos nós.

Realço aqui alguns eventos que não gostaria de deixar passar em vão. A Festa do Queijo da Serra: em boa hora, Sr. Presidente, Vereação ou quem teve esta ideia, a mudança do local acho que foi muito positiva, atraiu muito mais gente, a própria exposição ficou muito mais agradável. Podemos dizer que tivemos um dia de sol que ajudou imenso mas acho que não foi só isso. As pessoas gostaram do espaço, aderiram e acho que é muito positivo e é de continuar nessa senda.

A Feira de Emprego: acho que é de louvar, aqui num concelho que necessitamos de emprego e com os números que temos a nível nacional e na região, todas estas iniciativas são de louvar, quer para aqueles que estão desempregados, quer para os nosso empresários que fazem pulsar a nossa terra e a nossa região. Também a Feira do Livro e os dias temáticos.

Eu estive presente e gostaria de realçar os muitos protocolos com as juntas de freguesia. Acho que é uma iniciativa muito importante, a entrega que todos estão a ter nestas iniciativas, quer a Câmara, quer as próprias Juntas. E há aqui uma coisa nova e que é o compromisso que se estabelece e que é público entre a Câmara e a Junta. E é do conhecimento de todos. E, se não for cumprido por alguma das partes, há um protocolo, que é público e que podemos chamar à responsabilidade. De louvar esta iniciativa.

Gostaria também de chamar a atenção que, por vezes, há alguns “senãos” nisto e algumas pessoas que não compreendem isto. Acho que estes eventos, que eventualmente alguns poderão chamar festas, têm que existir e devem existir. E não são festas políticas. São festas económicas, são festas de pulsar da região, de desenvolvimento e são algo que mexe com nós todos. Estar a deturpar esta realidade, é ver isto completamente ao contrário. Ter um concelho e ter uma região em que não há eventos, em que as coisas não acontecem e nada muda, não vamos por esse caminho. Penso que estaremos todos de acordo. É bom que aconteça e é bom que os oliveirenses e que os portugueses sintam o pulsar daqui de Oliveira do Hospital.

Dar uma nota também ao P.D.M., que verifico que, finalmente, está pronto. Espero que rapidamente e em boa hora seja trazido a esta Assembleia, com as alterações que sejam discutidas publicamente. Mas que rapidamente seja trazido aqui e se ponha um ponto final em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algo que já anda ao longo dos anos, que nos interroga a todos quando é que acaba, quando é que acontece e que é bom também para o desenvolvimento do concelho saber quais as regras do jogo, onde cada um pode fazer, o quê e de que modo.”

Interveio, depois, o Sr. Eng^o Rafael Costa:

“Trago aqui hoje alguns pontos que gostaria de abordar, nomeadamente e como já aqui foi referido, a Feira do Queijo. Queria congratular o Executivo pelo crescimento sustentado e visibilidade exterior que foi dada a este evento. Apesar de algumas opções tomadas serem discutíveis, pensamos que, com o decorrer dos anos, pode o mesmo vir a constituir um evento de referência a nível nacional. Assim esperamos que possa ser porque Oliveira do Hospital já merecia uma marca, um evento, que pudesse atrair gentes de todas as partes do território nacional. A mudança de local para o recinto da feira pensamos também que foi importante e é de louvar este facto.

Um segundo ponto que trago tem a ver com a nova biblioteca municipal – que, quanto sabemos, vai ser inaugurada dia dez de Junho – nomeadamente um problema que suscitou e que tem a ver com o problema do acesso a pessoas com deficiência motora e que têm a necessidade de entrar com cadeira de rodas. Segundo fui informado pelo nosso tão conhecido Tó Guilherme, a cadeira dele próprio não cabe no espaço que lhe é reservado para ter acesso à biblioteca. Uma biblioteca que é de todos tem que ter necessariamente também um acesso para todos. Gostaria que o Sr. Presidente tomasse as diligências necessárias para que esse problema fosse resolvido.

Outro assunto que trago aqui hoje tem a ver com uma nova sede para os Escuteiros de São Paio de Gramaços. Há anos que andam a reivindicar este espaço. Esta instituição, no nosso entender, faz um trabalho exemplar a nível da formação de jovens e de ajuda social, e envolve actualmente mais de cem jovens, dos quais cerca de oitenta por cento são daqui do centro da cidade. Como tal, gostaríamos que se começasse a pensar numa solução definitiva para este problema. Se condições fossem criadas... Por exemplo, no Parque do Mandanelho, existem espaços que podiam vir a ser utilizados por eles, sendo até interessante na medida que eles próprios poderiam preservar este espaço verde e dar-lhe outra dinâmica.

Também gostaríamos de saber o porquê da estação elevatória do Vale do Ferreiro ainda não estar a funcionar.

Outro ponto que gostaria aqui de abordar tem a ver com os gastos a nível energético a nível do concelho. Numa altura em que os municípios enfrentam dificuldades de tesouraria provocadas pela diminuição de transferências do Orçamento de Estado e das receitas próprias, o que está a ser feito neste sentido? Quando o Sr. Presidente fala – e bem – no projecto que tem para o concelho ser o primeiro energeticamente auto-sustentável, mas concerteza irá demorar alguns anos a ser posto em prática, porque não adoptar por soluções imediatas que, no nosso ponto de vista, poderiam ser importantes a todos os níveis? Por exemplo: as lâmpadas tradicionais de iluminação pública serem substituídas pelas chamadas lâmpadas LED, de maior eficiência energética e, conseqüentemente, diminuir os desperdícios de energia e a factura a ser paga ao final do mês?

Queria também perguntar ao Sr. Presidente por uma recente declaração, que passo a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

citar: “*estou preocupado com a situação financeira do Município.*” Com todas as limitações financeiras que o País atravessa, como já foi referido anteriormente, o porquê de trazer um grupo internacional ao evento EXPOH? Independentemente de ser mais ou menos barato do que alguns grupos nacionais, pensamos que não faz nenhum sentido, nos tempos que correm, trazer este mesmo, ainda para mais quando são feitos esforços com campanhas a nível nacional e local para serem consumidos produtos e eventos nacionais. Mais: Sr. Presidente, acha que é com este nome internacional que consegue atrair mais gente? Mas, quem é que conhece Lloyd Cole? Eu arriscaria a dizer que noventa por cento dos oliveirenses não o conhece.

Como se isto não bastasse, ficámos também a saber, na última Assembleia Municipal, que pretende requalificar a Avenida Dr. Carlos Campos com “*quatro faixas, duas de cada lado, com passadeiras elevadas e ainda com entrada no Parque do Mandanelho em cerca de dois metros para ter uma linha de continuidade*”. Também aqui estaremos contra esta ideia. Esta deve ser requalificada – e até já o deveria ter sido – mas pensamos que também aqui, nos tempos que correm, não nos podemos dar ao luxo de fazer esta obra. Perguntamos porquê quatro faixas em pleno centro de Oliveira do Hospital? E porque não apenas duas faixas mais largas? Qual a necessidade destas quatro? Vamos começar por realizar obras que, de facto, contribuam para o bem-estar dos oliveirenses e não atrapalhem estes. E, se possível, que tais obras sejam uma mais-valia para atrair e cativar pessoas de outros concelhos.

Por exemplo: para quando a alteração do separador central em frente ao SAP, ao Centro de Saúde, para possibilitar as ambulâncias em serviço de urgência entrarem directamente para este e não terem que ir dar a volta à chamada Rotunda do Pastor, no Vale do Ferreiro? Penso que, aliás, era uma das muitas que, no tempo de campanha, era para ser realizada nos primeiros cem dias de mandato. Mas, até hoje, nada foi feito a este respeito.

Outro exemplo: para quando uma ligação de internet de fibra óptica de alta velocidade para o concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente para a incubadora de empresas sedeada na Zona Industrial? Tanto quanto fui informado, uma empresa da área tecnológica que se queria fixar no concelho, não se fixou porque em Oliveira do Hospital exactamente devido a esta limitação de velocidade da internet.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Começar também por referir, com agrado, a última Feira do Queijo que, de facto, representou um evento muito interessante para o nosso município e particularmente até para aquele conjunto de pastores, produtores de queijo, ainda de forma tradicional, e que são provavelmente aqueles que, no nosso município, mais contribuem para que muitos campos de mantenham verdes. Aí também reside alguma esperança.

Dizer também com agrado o conjunto as comemorações do 25 de Abril. Também da exposição sobre o Zeca Afonso. Sentiu-se, no nosso município, ainda um perfume de Abril. Apenas com este reparo: de facto, a sessão solene da Assembleia Municipal foi pouco concorrida. E eu devo dizer-vos aqui, com toda a franqueza, não sei as condições da respectiva convocatória – desconheço como foi convocada – mas acho que não devemos vir a sessões da Assembleia Municipal principalmente para receber a senha de presença. No 25 de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Abril, a sessão solene não teve senha de presença. Eu não quero concluir que foi por isso que, de facto, muitos autarcas faltaram. Mas até parece... Isto ressalvando que não sei como foram feitas as convocatórias.

Ainda a propósito da Feira do Queijo, queria destacar ainda que pena é que alguns dos nossos visitantes cheguem ali ao concelho de Tábua e acabe o IC 6. Reconhecer aqui os fariseus, os falsos cumpridores de promessas. E a culpa não pode morrer solteira. Foram os governos do PS, do PSD e do CDS que há anos que andam a prometer e que ainda não o fizeram. A culpa há-de deixar de morrer solteira.

Dizer ainda, com agrado, acerca da próxima iniciativa “Da nossa Terra”, destinada aos produtos agrícolas. Estas iniciativas constituem alguns balões de oxigénio, porque é disso que se trata. Mas resistir também já é vencer, muitas vezes. É preciso é garantir a genuinidade, quer dos produtos que apareçam no mercado, quer até de alguns produtores, porque há sempre a tendência, às vezes, para alguns adulterarem o sistema.

Referir aqui que, inicialmente, o Oliveira Finicia Invista não previa o financiamento a empresas agro-industriais. Aliás, eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara como está a evoluir isto, como está a decorrer este programa.

Também tenho ouvido e lido que há este projecto para a E.T.A.R. dos efluentes das queijarias. É um problema hoje e, se se fizer repercutir sobre os pequenos ou médios produtores de queijo, os custos dos tratamentos dos efluentes, vamos acabar com eles todos. É a melhor maneira de acabar com eles e acaba-se também com efluentes. Resolve-se o problema. Aliás, é assim que se está a tentar resolver alguns problemas: acabando com as pessoas e com a actividade económica. Eu pergunto: investimento, que formas de investimento? Como está o projecto? Localização?

Sobre a biblioteca municipal, eu já aqui falei, quando se começou a falar da biblioteca municipal, de haver uma secção itinerante que pudesse... Há uns quarenta anos, havia a Calouste Gulbenkian e isso representou uma possibilidade de democratizar o acesso a muitas leituras da parte das populações das aldeias. Eu acho que uma parte itinerante era importante ser garantida pela nossa biblioteca municipal. E creio que até a própria Fundação Calouste Gulbenkian continua a admitir protocolos com esta finalidade.

Volto a por aqui a questão do reforço da segurança rodoviária na E.N. 231-2, dentro da minha freguesia, aquela estrada que atravessa a freguesia de Vila Franca da Beira. Há uma zona, ao fundo de Vila Franca, quando se vai no sentido do Ervedal, que merece a instalação de alguns obstáculos físicos, embora ligeiros que, pelo menos, chamem a atenção dos condutores para a necessidade de reduzirem a velocidade. Também a iluminação eléctrica do troço onde agora acaba e dentro de Vila Franca e até à rotunda nova. Isto é importante e não se trata aqui de gastar dinheiro em época – dizem-nos – de crise mas de reforçar a segurança dos condutores e de peões nessa zona, particularmente de inverno, de noite, em alturas de nevoeiro e outras.

Também li e ouvi declarações do Sr. Presidente da Câmara sobre as preocupações sobre a situação financeira e a quebra de receitas municipais. São preocupações que, naturalmente, todos, à partida, partilhamos. Mas eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que ideias concretas já tem sobre aquilo que vai cortar, na despesa. Isto uma vez que o mais previsível, dado este ambiente tóxico da economia e da finança, a nível nacional e não só, aquilo que temos pela frente será, provavelmente, ainda mais cortes e restrições de todo o tipo. Não tenho nenhuma preocupação nem estou na cabeça do Sr. Presidente mas, por exemplo, as transferências directas de capital para as juntas, eu considero que é uma forma de poupar dinheiro. Quantas mais transferências directas se fizerem para as juntas de freguesia, mais dinheiro se poupa. E eu volto a dar o exemplo do que aconteceu na minha freguesia com uma obra municipal e que o Executivo anterior teimou em executar directamente. Acabou por pagar cinquenta e dois mil euros mais I.V.A. à taxa em vigor e, se nós a tivéssemos feito por empreitada da junta de freguesia, tinha custado trinta e cinco mil euros. Era só a diferença... Portanto, é sabido e é reconhecido que muitas obras realizadas directamente pelas juntas de freguesia são uma forma de se poupar dinheiro e de evitar alguns intermediários. Essa obra, por exemplo, foi adjudicada a uma empresa que, a seguir, subcontratou três. Uma obra de cinquenta e dois mil euros, não era de cinquenta e dois milhões de euros. Ganhou o que adjudicou e também devem ter ganho as três empresas que subcontrataram partes da obra. Ora, a junta de freguesia faz isto directamente, sem estes esquemas. Creio, Sr. Presidente da Câmara, que o seu compromisso de aumentar as transferências para as juntas de freguesia é um bom compromisso e será uma boa prática.

E hoje tenho que voltar a uma situação e que é esta brincadeira dos PEC. E lembrar que aqui nesta Assembleia... Eu sou eleito aqui há dez anos... Foi PEC atrás de PEC. O primeiro Programa de Estabilidade e Crescimento da União Europeia é de mil novecentos e noventa e sete. Portanto, catorze anos. Disseram-nos nessa altura que era necessário para o crescimento, que era necessário fazer sacrifícios e “apertar o cinto”. E PEC atrás de PEC, conversa atrás de conversa, chegámos ao PEC 4 e vamos entrar no PEC 5 e, depois, virá o PEC 6 e o PEC 7.

Estamos a viver um monumental embuste político, uma mentira brutal, servida de uma colossal campanha de intoxicação ideológica em torno desta fatalidade de termos que comer mais em cima com mais sacrifícios. Para quê? É a ditadura da banca europeia e do F.M.I., servida pelos serventuários do PS, do PSD e do CDS, que, ao longo de trinta e cinco anos, conduziram o País à situação em que agora estamos e que mentem descaradamente aos portugueses, dizendo que isto tem que ser assim. Isto não tem que ser assim. Isto não pode ser assim. Aliás, veja-se o exemplo da Grécia. Um ano depois, paga os juros a vinte e sete por cento e estão muito pior do que estavam há um ano atrás. Portanto, isto não tem que ser assim. Portugal tem que apostar nas suas pessoas, tem que garantir melhores condições de vida. Sacrifícios, que os façam os banqueiros, os maiores vigaristas deste País.”

Intervieio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Em primeiro lugar, quero dar aqui os parabéns – já o fiz pessoalmente – pela Feira do Queijo. Penso que não é comparável com outros eventos que há no concelho e penso que é assim que as pessoas devem pensar: cada um ter o seu próprio evento para haver maior diversidade e para captarmos pessoas para estes eventos.

Em segundo lugar, vinha perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se era possível ou não criar um género de um Simplex. Nós, Presidentes de Juntas, nas nossas aldeias, queremos que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as aldeias estejam bonitas, estejam arranjadas, que as casas estejam apresentáveis. Todos os dias as pessoas nos vão perguntar o que é que é preciso para pintar a casa, o que é que é preciso para pequenas obras, sem grande importância, mas que criam alguns constrangimentos. Aquilo que eu perguntava era se não era possível criar um Simplex e que se distribuisse pelas Juntas de Freguesia, para fixar nos locais normais para as pessoas terem acesso, saberem o que é que podem fazer e não andarem todos os dias a fazer as mesmas perguntas.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis:

“Gostava de realçar aqui algumas iniciativas que têm sido levadas a efeito por este Executivo, nomeadamente a Feira do Queijo, como já foi aqui referido. Ouvimos aí dizer que a Câmara faz festas... Acho que isto não são festas mas eventos, que têm um objectivo que é dinamizar o concelho e dar a conhecer aquilo que de bom temos cá. Portanto, a Feira do Queijo foi mais uma iniciativa dessas, teve o êxito que todos lhe reconhecemos. São eventos e são iniciativas que devem continuar.

Queria também manifestar a minha satisfação – porque isso ocorreu há já alguns anos e depois deixou de existir – pela intenção do regresso do Rallye a Oliveira do Hospital. Isso será também mais um motivo de projecção do concelho, em termos turísticos e em termos do conhecimento do próprio concelho. E penso que isso é sempre bom.

Relativamente às transferências de verbas para as freguesias, congratulo-me mais uma vez por o Executivo manter isso nas suas intenções. Penso que isto é uma situação que vai poupar dinheiro, como já foi aqui referido, e permite às freguesias fazer aquelas pequenas obras que antes não se conseguiam fazer porque tínhamos que andar sempre a pedir e dependia das disponibilidades. Penso que, assim, as juntas de freguesia podem gerir, de uma maneira diferente, essas verbas e satisfazer algumas necessidades reais das próprias freguesias.

Queria também deixar aqui a minha satisfação por, finalmente, ter sido concretizada a Estrada da Ribeirinha. Falei nela durante vários anos porque era uma alternativa à Estrada Oliveira do Hospital/Nelas, na parte circundante a Lagares, que no Inverno tinha muito gelo. Foi concluída agora essa estrada antiga, que vai evitar alguns acidentes no Inverno. Havendo gelo do outro lado, as pessoas já podem ir por ali. Portanto, isto foi uma obra muito boa.

A rua do Lar da Terceira Idade foi concluída e também a minha satisfação por isso.

Tenho ouvido uma coisa que me dá alguma satisfação relativamente à Câmara. Ouço pessoas a dizer que as câmaras não estão bem financeiramente. Mas ouço dizer que a Câmara de Oliveira do Hospital é boa pagadora, que cumpre os seus compromissos. E isso dá-me satisfação. Já acontecia assim e continua a acontecer.

Outra área que eu penso que tem corrido muito bem é no apoio social a carenciados porque estamos num momento de crise e de grandes problemas. Tem havido mais solicitações e a Câmara tem respondido bem a esses casos. Eu conheço alguns.

Queria também referir que o saneamento da Rua 21 de Junho, em Lagares, está concluído e pronto a funcionar. Falta só ligar. Eu pedia que fosse feita uma forcinha junto da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDP pois já está a demorar algum tempo. As pessoas que estão naquela rua continuam a pagar para irem lá vazar a fossas.

Queria também deixar aqui ao Sr. Presidente da Câmara que não se esqueça – porque são coisas que são importantes – do antigo quartel dos bombeiros, da ampliação do cemitério e, mais uma vez, a Acibeira, que é uma coisa que não deixarei de falar aqui nunca.”

Intervio, depois, o Sr. Rui Abrantes:

“Antes de falar do ponto Antes da Ordem do Dia, queria falar ainda mais atrás, sobre a última Assembleia Municipal, em relação a um problema que me parece que ficou para resolver no futuro e que era a isenção do I.M.T.. Dizia o Sr. Presidente da Assembleia – e não me apercebi disso – que pedia ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse os serviços estudar estes assuntos em pormenor, de forma a podermos tomar decisões mais conscientemente. Deixou-me, na realidade, preocupado quando vi isto porque, se o Sr. entendia que não estávamos a tomar uma decisão consciente, no meu entender devia ter que remeter para outro dia, para outra votação e antes de tomarmos essa decisão, devíamos ter estudado melhor o assunto. Na realidade, acho que se deve regulamentar, faça-se o que fizer, com o conhecimento da sociedade civil, do público e dos contribuintes, por forma a que possam fundamentar correctamente esses pedidos de isenção, para que não haja confusões como houve da última vez, que considere um cenário um bocado lamentável.

Antes da Ordem do Dia não posso deixar de dar os parabéns – já o fiz pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara – pela Festa do Queijo. Sem dúvida que a alteração para o recinto da Feira foi uma mais-valia para a iniciativa. Sabíamos que o Mercado Municipal era um espaço já exíguo para a dimensão que a Feira estava a tomar. Sem dúvida que, com este alargamento, tem potencialidade para crescer ainda mais. Eu, no dia da Festa, sugeri-lhe, apesar do sítio ser extraordinário para *n* iniciativas, que se calhar para este tipo de iniciativa é um bocadinho pesado, é muito preto. Se calhar, se conseguíssemos encaixar no Parque do Mandanelho, seria uma ideia a considerar. Era mais uma ideia, era mais uma opinião. Se calhar ficava um bocadinho mais enquadrado, utilizando o Parque todo e, eventualmente, parte do Mercado ou do Pavilhão Desportivo. É uma situação a considerar.

Em relação à Feira do Emprego e à Feira do Livro, outras duas boas iniciativas, que se devem manter, melhorar e projectar ao nível distrital e nacional. O nosso colega Carlos Inácio fazia referência a estas festas, aos protocolos das juntas e que as pessoas falavam que esta Câmara só fazia festas. Eu não acho que sejam só festas. As festas a que não estávamos habituados eram os protocolos com as juntas e que, na realidade, faz-se uma encenação muito grande, muita festa. E é, na realidade, esse tipo de festas, com bastante carga política, de que as pessoas eventualmente falarão. Não é da Feira do Queijo, nem da Feira do Livro.

O terceiro ponto seria acerca da EN 17. Na última Assembleia, o Sr. teve o cuidado de mostrar um *dossier* que tinha mandado para as Estradas de Portugal, completíssimo, com fotografias dos semáforos, dos buracos, pedindo uma intervenção rápida. Queria perguntar-lhe qual é o ponto de situação. A intervenção, pelo que vimos, ainda não aconteceu. Já que não vamos ter IC 6, pelo menos com este Governo que, desde a última Assembleia, caiu... O Governo onde, por acaso, estava o tal Sr. Secretário de Estado Paulo Campos, que até é daqui de Oliveira do Hospital e que, desta vez, até se vai candidatar pelas listas do PS pela Guarda.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parece-me que é mesmo o assumir das responsabilidades com o distrito de Coimbra. Acho que não há facto mais evidente que este para comprovar que, efectivamente, ele iria trazer problemas políticos eleitorais ao PS no distrito de Coimbra. Então vamos mandá-lo para a Guarda onde ninguém o conhece e onde ele não se comprometeu com ninguém. Lá irá fazer o seu trabalho por forma a não prejudicar o Partido Socialista nas eleições. Foi essa a leitura que fizemos. Espero que não seja esse o resultado; que, efectivamente, devem ser prejudicados no distrito da Guarda também e no de Coimbra.

O ponto quatro seria a preocupação que o Sr. Presidente manifesta relativamente à redução da receita. Já foi dito aqui pelo João Dinis – e muito bem – que, atrás desta preocupação, terá que vir a consequente pergunta acerca da redução da despesa, onde é que ela irá ser feita. Sem dúvida que os sinais que o Sr. Presidente dá são um pouco contraditórios. Parece-me a mim que seria mais coerente ter dito que, acerca da EXPOH, iria ter um cartaz mais reduzido, com um orçamento mais baixo. Provavelmente foi isso que quis dizer mas disse que iria trazer um artista de âmbito internacional. Efectivamente até pode haver uma redução significativa de custos e, em comparação com o artista português, pode ser mais barato. Mas o sinal que se dá é que é importante e esse parece-me contraditório.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto que o Rui levanta – e bem –, se os documentos vêm a esta Assembleia para aprovar, parece-me lógico que nós tenhamos o poder de decidir para qualquer um dos lados. Por aí parece-me que esse problema estaria... O objectivo não era esse. Era que, de facto, houvesse aqui uma coerência de decisão, que não deixasse quaisquer dúvidas a quem quer que fosse e que as decisões são tomadas apenas e só tendo em conta o interesse do Município. Portanto, era essa a minha preocupação porque, como os Senhores sabem, há leis de protecção à interioridade e que, também com esse enquadramento, tenhamos aqui uma forma de analisar os problemas à luz de critérios completamente claros porque houve votos para um lado e para o outro. E eu acho que, numa votação deste tipo, deve haver uma votação unânime porque acho que aqui dentro, independentemente daquilo que nos separa, eu ainda estou convencido que todos queremos o melhor para o concelho. E nem sequer questiono isso. De qualquer forma, já tive o cuidado de questionar o Sr. Presidente. Sei que, efectivamente, o assunto está a ser analisado e numa próxima Assembleia falaremos aqui sobre esse assunto.”

Intervieio, depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Uma nota, embora não esteja aqui hoje o representante da Comarca de Arganil. Eu, na sessão passada, esqueci-me de referir. É para me congratular com o ressurgimento deste jornal. Como sabem, é um jornal com muita repercussão, nomeadamente em Lisboa. É bom tê-lo de novo conosco. Fica escrita esta minha referência.

Antes de mais nada, queria referir a assinatura de protocolo com a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo em que, por questões profissionais, não pude estar presente. Não quero deixar de referir como mais uma iniciativa conjunta que é de enaltecer.

De igual modo, a Feira do Livro também é uma iniciativa que deve ser bem vincada,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que estas coisas não esqueçam.

Quanto à Feira do Queijo, já quase todos falaram sobre isto mas eu não queria deixar de dizer aqui duas coisas. Em primeiro lugar, referir que é o maior certame regional temático, não só da região mas eventualmente do País. Foi a maior Feira de sempre. Este ano, a Feira foi muito maior em termos de número de expositores, em termos de número de visitantes e em termos de volume dos produtos vendidos. Há números que se podem comparar os deste ano com os dos anos anteriores. Vieram algumas excursões de todo o País, com visita guiada ao concelho. Isto são iniciativas que dão atractibilidade e que contribuem para os visitantes ficarem a conhecer-nos melhor e dão a conhecer o concelho a nível nacional.

Quanto ao P.D.M.: como se recordam – aqueles que já são mais velhos nisto como eu – eu fui o principal crítico aqui de todo este processo do P.D.M., desde o primeiro. Se se lembram, o primeiro P.D.M. já nasceu velho, completamente velho e desactualizado. E o segundo nasceu de novo velho. Se tivesse vindo há dois anos atrás ou há três, ter-se-ia aproveitado alguma construção em zonas agora urbanizáveis e, logo por azar, consegue ser agora aprovado numa altura em que a construção está em recessão. É preciso que se saiba quem foram os responsáveis por ter atrasado. É preciso não esquecer que o nosso P.D.M., o primeiro, foi dos últimos a serem aprovados. Há responsáveis por isto. Este segundo, não obstante o esforço do Executivo, acabou por cair num período também de grandes dificuldades económicas.

Duas ou três questões que foram aqui referidas: em relação à Avenida Dr. Carlos Campos, preocupa-me ver aqui jovens com espírito velho. Pensava eu que os jovens vinham para aqui reivindicar. Afinal, o que começamos a ver aqui, da parte de alguns jovens, é aquilo que eu chamaria um certo exercício de impedimento. Lembram-me os velhos do Restelo. Se pudessem ter evitado a ida das caravelas ao mundo teriam evitado muitos milhares de mortos, é verdade, mas Portugal não teria sido o primeiro país do mundo entre mil quatrocentos e cinquenta e mil quinhentos e cinquenta. Lembrar que a Avenida Dr. Carlos Campos está a precisar de ser toda reformulada em termos de águas pluviais, lembrar que é preciso melhorar o acesso aos bombeiros, é preciso ordenar a área. Neste momento é uma área anárquica. Para estacionar carros e para saírem carros em frente de uma zona comercial que há ali, é um risco para todos nós. É preciso requalificar o Mercado Municipal. É preciso dar aquela zona uma nova centralidade. É preciso um projecto integrado de recuperação da área e vimos para aqui impedir que se faça? Aquilo que eu fiz e que nós fizemos nos exercícios anteriores, foi reivindicar mais. Impedir que se faça, nunca. Enfim, as atitudes ficam com quem as deixa.

Em relação aos custos energéticos: acho muito bem que se melhorem as condições de consumo de energia mas eu lembro aqui que algumas eleições foram ganhas através da colocação de lâmpadas em locais onde não há populações. Portanto, essas pessoas não têm agora moral para virem aqui, eventualmente, pedir a redução dos custos energéticos porque a primeira coisa que há a fazer por parte do Executivo é, eventualmente, começar a apagar algumas dessas lâmpadas.

Já não falo na proliferação do paralelo em zonas urbanas onde o barulho que os carros fazem não deixa os moradores... Era muito melhor o alcatrão. Mas deixemos isso para outra altura.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IC 6: está a esquecer-se quem é que trouxe para cá os dois troços que já foram feitos. Mas, afinal, quem é que trouxe os dois troços que já foram feitos? Quem é que trouxe até ao Poço do Gato os dois troços? É preciso não esquecer que o Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso prometeu ao Sr. Prof. Mário Alves... Não esquecemos isto. O Sr. Dr. Durão Barroso prometeu ao Sr. Prof. Mário Alves que o IC 6 iria avançar de imediato, em dois mil e três, e não avançou nem um centímetro. Não vale a pena estar a camuflar estas coisas.

Hoje gostei de ouvir o João Dinis, à excepção da questão dos PEC's. Mas o Sr. Deputado esquece-se da turbulência política que se vive neste momento. Acha que há condições para avançar, de momento, com o IC 6?

Quanto à questão do Sr. Secretário de Estado, que foi aqui referido ter tido eventualmente problemas em Coimbra e ter ido para a Guarda, eu pedia-lhe uma coisa, Sr. Deputado: deixe lá isso ao partido dele. Nós não nos costumamos meter nestas questões do PSD. Deixem isso que o partido resolverá. Se ele foi pela Guarda, não é um problema desta Assembleia nem é um problema de Coimbra.

Quanto aos cortes nas transferências para as autarquias, por coincidência, o jornal Folha do Centro vai publicar artigos sobre esta matéria. E eu estive a estudar a questão, até para poder também colaborar, com todo o agrado. E reparei que há um crescimento das transferências para as autarquias, um crescimento anual percentual muito superior ao crescimento do P.I.B.. Nós sabemos que o P.I.B., o crescimento da riqueza anual do País, está a tender para zero. Isto é um facto: o crescimento do P.I.B. está a tender para zero há muitos anos, não é há cinco, nem há seis, nem há sete, nem há dez anos. É há quinze anos. O que acontece é que as transferências para as autarquias têm sido largamente superiores a este crescimento do P.I.B.. Em termos de Orçamento de Estado, o crescimento para as autarquias não se pode manter da mesma forma como vinha sendo até agora. Claro que as autarquias têm todo o direito de reivindicar cada vez mais e nós estamos aqui para isso.

Cortes: o Sr. Presidente não precisa que eu seja cicerone dele; concerteza vai falar nisto. Mas nós sabemos que há muito ou, pelo menos, há alguma coisa onde se pode cortar: em horas extraordinárias, em iluminação fora das populações, utilização de viaturas da Câmara por vezes com actividades perfeitamente justificáveis mas que, em épocas de crise, há que cortar.

Por fim, PEC's. Sr. Deputado João Dinis: o artigo dezassete do Regimento diz-nos que a Ordem do Dia destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia."

Seguidamente, foi dada novamente a palavra ao Sr. Eng^o Rafael Costa:

"Queria só fazer um pequeno esclarecimento: parece que, ou não quiseram ou assim não entenderam, interpretar o que eu quis dizer. Refiro-me à declaração do Dr. Rodrigues Gonçalves relativamente à requalificação da Avenida. O que eu quis dizer e no nosso entender, é que pensamos que não fazem sentido as quatro faixas. Entendemos que a requalificação, de facto, deve ser feita. Não pretendemos, com esta nossa opinião, ser qualquer tipo de força de bloqueio a nada, antes pelo contrário. Penso que ficou esclarecida a nossa posição quanto a este ponto."

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng^o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos Maia:

“Queria começar por referir o êxito da Feira do Queijo. Dois dias. Antigamente era só um e passaram a ser dois dias. Há que congratularmo-nos com o número de pessoas, fundamentalmente visitantes, excursionistas, que andaram a visitar a Feira do Queijo mas também o concelho, com futuros técnicos da Eptoliva. Ficou bem. Penso que as pessoas gostaram e que irão voltar com certeza a Oliveira do Hospital. E isso é que é fundamental nas festas, digam lá que a festa que é má, que é boa ou que é assim-assim. Uma coisa é certa: o que é importante é trazer gente ao interior. E nós somos interior. Oliveira do Hospital, apesar de ser uma cidade, somos interior. E nós temos que ter cá gente, cada vez mais. E é com estas iniciativas e com outras que conseguimos trazer cá gente a Oliveira do Hospital e a este concelho. Esperamos que, com este tipo de coisas, as pessoas não venham só a Oliveira do Hospital mas também às freguesias. Porque as freguesias estão a ficar sem gente, estão a ficar despovoadas. Nas nossas freguesias há coisas bonitas. Sr. Presidente da Câmara: continue. O Sr. está no bom caminho, independentemente das críticas que, porventura, possam existir.

Sobre a requalificação da Avenida Dr. Carlos Campos: há mais que tempo que aquilo precisava de ter sido dada uma volta porque todos sabemos o estado de degradação em que aquilo está. Espero bem que os oliveirenses julguem ou venham porventura a julgar quem tiver a veleidade de, mais uma vez, além daquilo que já se fez de mau e de muito mau em Oliveira do Hospital, que foi andar a apertar as ruas. Meus amigos: vamos ter alguns horizontes de futuro. E aquela é uma via que todos nós sabemos ser perigosa, pelo movimento que tem, pelas infra-estruturas que ali há, tanto públicas como privadas, por aquilo que, pelos vistos, a Câmara Municipal pretende fazer naquela zona: requalificação, a Estação de Camionagem, o novo Mercado. Isto vai trazer uma nova centralidade de Oliveira do Hospital. Vamos ter futuramente uma pressão muito maior de pessoas e de tráfego automóvel. Se alguém entender que fazer quatro faixas naquela zona é alguma coisa do outro mundo, dentro de Oliveira do Hospital, por amor de Deus, meus amigos, os oliveirenses seguramente que lá estarão para julgar quem pensar assim. De afunilar ruas, já chega. E eu penso que, se este Executivo tiver a coragem, numa ou noutra em que se fizeram grandes asneiras dentro de Oliveira do Hospital, de alargar, eu era o primeiro a bater palmas.

Falando da freguesia de Ervedal da Beira, congratulo-me pelas obras que estão a ser realizadas na requalificação da Avenida D. Manuel I e que também irão ser feitas no Jardim António Correia Gouveia. Finalmente houve a coragem, que não houve do anterior Executivo e que está escrito lá na Junta de Freguesia, que não havia condições para se realizarem estas obras em Ervedal da Beira. Parece que os técnicos na altura eram uns e que agora são outros.

Quero solicitar que, com a maior brevidade possível, sejam limpas as bermas da estrada Oliveira do Hospital/Nelas, particularmente na zona da Cordinha. As ervas estão demasiado grandes e parece-me que a limpeza já devia ter chegado aquela zona.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, quero dizer-vos que penso que toda a gente que está aqui dentro e seguramente mais gente que está lá fora - apesar do difícil momento que o nosso País atravessa - bateram palmas e festejaram o 25 de Abril. Desculpem e peço perdão se há alguém que esteja aqui e que não é de acordo com isso. Eu estive cá. Houve algumas iniciativas com interesse. Mas, esta sessão solene que houve aqui dentro desta sala,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sinceramente soube-me a muito pouco. Porque uma das grandes conquistas... E nós que estamos aqui somos autarcas, formos eleitos pelas populações. Uma das grandes, senão a mais importante conquista do 25 de Abril, foi o poder autárquico. E nós somos autarcas. E eu vi aqui muito poucos. E isso desagradou-me. Aquilo que há bocado o João Dinis disse, eu não queria ir por aí porque também me nego a ir por aí. Eu não acredito que alguém vem a uma Assembleia Municipal simplesmente com o intuito de debitar quilómetros e de receber uma senha de presença. Por isso é que eu lamento que na sessão solene do 25 de Abril, esta sala tenha estado tão despida de pessoas que têm responsabilidades autárquicas.

Quanto às festas, espero bem que ninguém me queira fazer crer que também é festa quando o Sr. Presidente da Câmara ou o Executivo se desloca a uma freguesia para assinar protocolos e anunciar obras. Parece que isto também já é entendido como festa. Mas, qual é o problema destas pessoas? Será que a preocupação é ver que este Executivo está a trabalhar com as juntas de freguesia? Eu ainda não vi nenhuma festa destas por aí: com bombos, com artistas convidados. Isso é que são festas. Agora, chegar lá, por lá um *placard* a dizer que estamos a desenvolver o concelho, ir dizer às pessoas que vão ter determinadas obras, isso é que são festas? Vamos ter consciência e bom-senso daquilo que dizemos porque, se isto faz parte de uma tática política, eu quero dizer-vos que não vão por aí. Sr. Presidente: quando é que o Sr. vai a Ervedal da Beira fazer uma festa? Venha rapidamente.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Parece que hoje é o dia do Engº Rafael e fico contente pela intervenção dele. É bom sinal; é sinal que ficaram preocupados com as suas intervenções, entre os quais também eu.

Eu gostaria e até por ter conhecimento de causa e preocupação, e também uma perspectiva de ter uma dimensão maior em relação, às vezes, quando se fazem as críticas... Se há coisa que eu detesto é a crítica pela crítica e não a sustentarem devidamente. Eu, há uns tempos atrás, tive a preocupação de andar a ler e a pesquisar. Há cerca de trinta anos atrás, já o Professor Oliveira Mano, pai do Engº Oliveira Mano, falava e apresentava uma solução para uma circular externa para a então vila de Oliveira do Hospital. Logicamente, ele tinha consciência de que Oliveira do Hospital ia crescer rapidamente e o seu fluxo rodoviário iria aumentar.

E você conseguiu contradizer-se, sem se aperceber, e eu já lhe digo porquê.

Uma coisa que eu queria enunciar é que eu não vejo a Avenida Dr. Carlos Campos no centro da cidade, pelo contrário, é uma artéria que está num dos pontos de saída de Oliveira do Hospital. Muitas vezes, só direccionamos a nossa visão para a zona da Catraia e, neste caso, se for em direcção de Viseu, é um dos pontos rodoviários de saída de Oliveira do Hospital. Também se pode considerar um outro ponto de saída de Oliveira do Hospital, via Zona Industrial. Daí, não a considero tão centralizada como o Engº Rafael referenciou.

Falou “quatro faixas não, mas duas mais largas”. Em termos de largura, de ocupação, quase que iríamos dar ao mesmo. E toca num assunto interessantíssimo e ainda bem que tocou nele, e agora vou contrariá-lo. A certa altura diz “entrada para o SAP de ambulância”. Então, e a saída de ambulâncias do quartel? Porque não uma faixa de saída para as ambulâncias, uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faixa de circulação para os táxis e uma faixa de circulação para os autocarros? Isto porque a Central de Camionagem vai ficar ali localizada. E, quando se fala em quatro faixas, não quer dizer que se fale em velocidade. Pelo contrário, é uma forma de facilitar o fluxo rodoviário. Penso que um dos maiores erros – não do anterior Executivo mas de alguns anteriores – é que, geralmente, têm-se pensado algumas das obras a pequena dimensão, não se perspectivando o futuro. Penso que isto tem sido um dos erros ao longo destes anos em Oliveira do Hospital. Conclusão: depois, arranjam-se obras de remendo que, se calhar, acabam por ficar muito mais caras. E acho que era importante, até para este Executivo e futuros pensarem, que, se tiverem que abrir novas artérias ou criar novos espaços, não pensarem só para o que pretendem naquele momento mas perspectivar algo mais para o futuro.

Em relação à entrada que o Engº Rafael também enunciou, da questão da emergência para o S.A.P., relativo às obras para os primeiros cem dias, algo que na altura da campanha também foi proposto pela lista candidata à junta de freguesia pelo partido socialista, nós actuámos no imediato. Infelizmente, eu também gostaria de ter já uma solução para aquela situação. Foi feito um estudo e, pelos vistos, em termos de sinalética e de cumprimento de determinadas normas – estou a passar uma mensagem que me foi dada pela área técnica – aquela situação não é tão fácil de resolver. Quem me dera também a mim haver uma solução para aquilo, se bem que eu considero que um dos maiores erros do S.A.P. é a sua própria localização.

Ainda em relação à questão das quatro faixas, eu vou dar-lhe este exemplo: o Deputado Rui Abrantes, na última Assembleia, ressaltou aqui a questão da construção de uma determinada lombada na zona de Vale de Ferreiro. Se houvesse mais duas faixas na entrada de Oliveira do Hospital, via Catraia de São Paio, não acontecia o que hoje, diariamente, acontece, principalmente em horas de ponta, que muitos veículos seguem via zona histórica, através do Vale do Ferreiro, para o outro lado de Oliveira do Hospital. Conclusão: há pessoas que passam a alta velocidade naquela zona, que é uma zona habitacional. Acho que, se houvesse uma terceira faixa, possivelmente essas pessoas não teriam esse sentido de opção.

Por fim, gostaria de tocar aqui num assunto e deixar aqui uma proposta, que também já fiz a quem é responsável na área, e que é em relação aos escuteiros. Queria reforçar esta questão publicamente. Queria ser uma salvaguarda em relação a outro assunto. E queria deixar aqui uma alternativa para outro tipo de espaço para os escuteiros. Onde houver um “espaço negro”, é sempre um ponto de risco para que sejam proporcionados espaços para actos menos lícitos. Quanto mais conseguirmos eliminar, melhor. Eu queria deixar aqui uma alternativa: porque não pensar-se no espaço do antigo Matadouro como uma hipótese para os escuteiros? Isto por causa da questão de acabar com um ponto negro e por causa de outra situação: aquela zona reflecte um ponto de entrada em Oliveira do Hospital e a Ribeira dos Cavalos tem de ser requalificada e limpa porque, em termos ambientais, continua completamente degradada.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“A minha primeira intervenção seria uma proposta de duas coisas positivas que aconteceram no concelho de Oliveira do Hospital. A primeira era propor um voto de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

congratulação pela subida do Futebol Clube de Oliveira do Hospital à 3ª Divisão Nacional, onde já andou e onde é o seu lugar natural. Também à Liga de Amigos de Nogueira do Cravo que acabou, no Futsal, de subir de Divisão. E há, neste momento, uma equipa de pequeninos do Futsal da Sociedade Recreativa Ervedalense que, concerteza, vai-se sagrar campeã distrital no sábado. Temos aqui três bons exemplos da dinâmica do concelho.”

Colocada a presente proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal prosseguiu:

“Gostaria de fazer uma pequena introdução e uma reflexão sobre algumas coisas e sobre a democracia no concelho de Oliveira do Hospital. A primeira coisa que temos que analisar é que uma grande maioria do concelho demonstrou claramente que queria uma mudança. E essa mudança, na minha opinião, era uma mudança de cultura e de participação democrática. Por isso, digo sem problemas nenhuns: hoje, o concelho tem uma diferença. Para o bem ou para o mal, há hoje uma diferenciação na maneira da relação política entre as pessoas em Oliveira do Hospital. E isso é uma verdade indelével. Por isso, acho normal o debate político, com os nossos pontos de vista completamente diferenciados uns dos outros. É a cultura democrática para encontrarmos aquilo que deve ser o caminho e o rumo de Oliveira do Hospital. Nós também percebemos que nestes debates políticos há uma coisa que se chama demagogia e que nós temos de desmistificar. Eu tenho grandes amigos nas diferentes áreas políticas e continuo a valorizá-los da mesma maneira, independentemente das suas convicções. Mas era isto a que o concelho não estava habituado. O concelho hoje começa a estar habituado e foi para isso que fomos eleitos.

E reparem no seguinte: não sou um homem de ajuste de contas políticas. Se algumas pessoas do PS eu defraudei por acharem que devia haver aqui um ajuste de contas, nunca estive disponível para isso. Porque o que é importante para o concelho é, em momentos difíceis, discutirmos o presente e o futuro. E o passado só nos pode dar lições de como é que nós podemos chegar mais à frente. Assim, é importante estarmos concentrados nisto.

Há aí também quem tente desacreditar em relação ao trabalho de equipa que eu tenho. Há quem tente desacreditar, da pior forma, achando que nós até somos “bons rapazes” mas que não temos vida para isto. O que vamos demonstrar, claramente, é que temos vida e que estamos a fazer um trabalho que há-de ser avaliado pelas pessoas. Não é avaliado individualmente. Os trabalhos dos Executivos são avaliados pelo povo e, sobre isso, poderemos falar mais à frente. Quero dizer a essas forças políticas que utilizam o argumento da equipa fraca que não é verdade porque uma equipa é, sobretudo, o espelho do seu líder. E esta equipa que eu tenho a honra... Um conjunto de pessoas com quem eu estou habituado a discutir... E estou habituado a fazer outra coisa que sempre fiz na minha vida: ouvir. Ouvir o que as pessoas têm para me dizer, ouvir as soluções que temos que encontrar.

Esta era uma pequena introdução sobre o aspecto democrático do nosso concelho, que é fundamental nós termos esta visão. E também não há problema nenhum na visão diferenciada.

Eu não vou dar o *slogan* das festas porque, se quiséssemos fazer algumas comparações, eu pergunto: a Feira do Livro não era feita? A Festa do Queijo não era feita? O



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que havia de diferenças é que nós, em relação ao passado, fazemo-las melhor porque temos uma experiência na área diferente do que, concerteza, tinham as pessoas que cá estavam. E na política também é precisa outra coisa. Não é preciso só competência e conhecimento. Uma das coisas que tenho aprendido aqui, é que é preciso outra coisa que se chama coragem. Eu gostava de ter estes três “C”: conhecimento, competência e coragem, que é tão importante como os outros. Também há políticos com outros “C” e eu não vou por aí, que é o da corrupção, da cunha.

Sobre a Feira do Queijo, houve um Sr. Vereador que disse uma coisa com muita piada. Achei muita piada ao Sr. Vereador Mário Alves quando me disse: “Sr. Presidente, dou-lhe os parabéns porque descobriu um novo turismo para Oliveira do Hospital e que é o turismo caritativo”. E porquê? Porque a Câmara Municipal pagou um conjunto de refeições a um conjunto de visitantes que estiveram cá. Mas também houve outros – está nas actas – que disseram “Sr. Presidente, vai mudar a Feira, vai matá-la e vai acabar com a Feira”. Tivemos uma coisa que demonstra claramente que este Executivo está com Deus: foi aquele dia de sol brilhante. Sobre a Feira: é preciso saber organizar as coisas.

Vamos ter aqui uma prova diferente, que será o Rallye Cidade de Oliveira do Hospital. E uma pergunta que se pode fazer é se se justifica recuperar o Rallye quando há estas dificuldades e vai ser preciso haver contenção das verbas. Eu digo-vos que se justifica porque, no ano passado e numa parceria com o Clube Seita, gastámos uma verba idêntica à que vamos gastar para o Rallye. Isto é, em termos directos, a despesa não aumenta. Isto é importante que se diga.

Sobre a EXPOH e a contratação de Lloyd Cole: sou sincero, não gosto muito de Lloyd Cole. Mas acho que um programa de uma feira como a de Oliveira do Hospital não pode ter só o que a grande maioria quer. Tem que ter música pimba e vai ter um conjunto de outros artistas. Nós diminuámos o investimento. No ano passado, o investimento na EXPOH rondou os setenta e cinco mil euros. Este ano, o investimento da EXPOH assenta para um tecto de cinquenta mil euros. Penso que vamos reduzir. O único sinal contraditório que dei é que, no mesmo dia em que falei nisto, falei na questão financeira. E as pessoas têm razão que possa ser um assunto contraditório. O Lloyd Cole cobra menos de metade do Pedro Abrunhosa. Por isso, sobre a EXPOH, nós temos que aqui dizer: queremos ou não queremos aquela feira? É ou não importante? A minha ideia não era fazer uma redução da EXPOH. Derivado à conjuntura, vai-se manter mais ou menos ao mesmo nível, concerteza com algumas melhorias. Esta feira teve sucesso mas não foi perfeita. Tem espaço para melhorarmos. Temos que reflectir no que é que correu menos bem, o que é que esteve melhor, quais foram os seus pontos fortes. E agora vamos melhorá-la. E penso que a Câmara não pode dispersar os seus funcionários em muitas realizações; têm que ser poucas mas terem dimensão.

Mas, aquilo que eu não estou disposto para fazer e que não nos podemos comparar com o Executivo anterior... Por exemplo, eu não fazia um espectáculo do Tony Carreira, que custou cerca de cinquenta mil euros, sem ter nada para vender atrás dele, como noutros espectáculos que foram feitos em Oliveira do Hospital. Eu também poderia dizer – mas não me interessa para nada – quanto é que a Câmara gastou num conjunto de iniciativas que não traziam absolutamente nada ao concelho. O que me interessa é mostrar que este dinheiro é bem empregue. Mas é preciso critério porque, quando o dinheiro é escasso, temos que ter



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguns cuidados.

Outra coisa que é importante são as transferências para as freguesias, que tiveram uma evolução. Nós fizemos uma experiência e temos feito o balanço das obras que temos feito nas freguesias. Sabemos que é preciso cuidado e que há obras que necessitam do acompanhamento dos serviços técnicos. Eu percebo que algumas pessoas do PSD estejam preocupadas com estes lançamentos e com estas assinaturas de protocolos porque dá visibilidade à Câmara e ao seu Presidente. Mas deixem-me explicar que ainda vamos passar em todas as freguesias. Por isso, vamos fazer muito daquilo que chamaram de festas mas que eu chamo de cerimónia de assinatura de protocolos, onde convidamos as populações e as associações.

Mas também era importante dizer que temos uma Inspeção e que nos foi exigido que tudo o que for dado às associações tem que estar protocolado. E nós aproveitamos essa dinâmica para fazer uma coisa que os políticos não gostam de fazer. Os políticos gostam de ganhar eleições mas depois, quando juntam o povo todo, têm medo das críticas. Eu não, pelo contrário. Os presidentes das juntas de freguesia sabem sempre o que é que é dado às outras freguesias. E isso dá-lhes capacidade reivindicativa. Eu sou muito sensível ao problema das juntas. E há uma coisa que não vou abdicar: desde que haja dinheiro, essa descentralização tem que continuar a aumentar. Tenho um grande respeito pelos presidentes das juntas e não quero que eles estejam dependentes. É isso que eu e a minha equipa estamos a fazer.

No que diz respeito à Avenida Carlos Campos, há alguma falsa questão neste debate. Proximamente, levarei a reunião de Câmara o lançamento da obra de requalificação do Mercado e a construção da Central de Camionagem. Toda aquela zona será uma zona emblemática para Oliveira do Hospital. Aquela avenida precisa de uma requalificação e a própria cidade de Oliveira do Hospital precisa ser pensada de maneira diferente. O projecto da Avenida Carlos Campos tem uma avenida lenta, como existem diversas dentro de outras cidades. Se nós dissermos “pomos lá só uma faixa” ou se marcarmos uns traços ao meio, temos duas faixas. Se lhe marcar uns traços ao meio, ficam quatro. E não altera o paradigma da avenida. Há duas ruas em Oliveira do Hospital que têm um trânsito caótico e que se precisa ordenar o trânsito: a Avenida Carlos Campos e a Avenida Adelino Amaro da Costa.

E o que é que tem o projecto da Avenida Carlos Campos? Para que esta obra seja comparticipada pelo QREN, juntamente com o Mercado e a Central de Camionagem, foi tudo incluído no mesmo projecto de regeneração urbana. Vamos fazer o ordenamento de toda aquela área. É uma avenida que vai dignificar Oliveira do Hospital mas que tem algo de polémico porque pode ter que entrar dois metros no Parque do Mandanelho que, apesar de não me agradar muito, tem que ser tomada esta opção. Também vai contemplar um conjunto de estacionamento para que os T.I.R.'s não andem dispersos pela cidade. Haverá uma zona de estacionamento específico para estes veículos. E, na zona que vai para Lagares, também vai ter mais lugares de estacionamento, de forma a lançarmos, ao mesmo tempo, o estacionamento pago em Oliveira do Hospital. É preciso encontrarmos estas alternativas e, com coragem, determinarmos o que é que queremos para ali. Oliveira do Hospital não ficará igual naquela zona. E fica uma coisa para fazer, que eu acredito que não seja neste mandato: a reconversão do pavilhão desportivo através da construção de um pavilhão multi-usos que ligará o Parque o Mandanelho a uma nova zona nobre da cidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Penso que vai ser possível criarmos alguns consensos, ouvindo as forças políticas e, depois, com o “C” de coragem, tomar a decisão, independentemente das pessoas serem contra ou a favor. Em todas as obras, há sempre quem seja contra e há quem seja a favor, dependendo da perspectiva.

Sobre o P.D.M., quero dizer que não poderia responsabilizar o Executivo anterior pelo atraso do P.D.M.. Estive numa reunião com Presidentes de Câmara da região centro e ouvi-os a queixarem-se que os seus P.D.M.'s estavam também há dez anos para serem analisados. Isto porque há um conjunto de leis que têm sido feitas e que alteram tudo. É verdade que eu, agora, coloquei *timings* e objectivos à equipa do P.D.M., entre os quais o Professor Lusitano dos Santos. O P.D.M. já foi apresentado aos Srs. Vereadores, vai voltar a uma reunião extraordinária de Câmara, para depois passar para a discussão pública. Mas, sem estes passos, não se pode avançar com o P.D.M.. Neste momento, o P.D.M. está bem encaminhado mas é um processo ainda muito lento derivado ao número de departamentos de dão sentenças sobre aquilo. Não sei prever quando é que estará mas dar-me-ia por satisfeito se, a trinta e um de Dezembro, estivesse em publicação no Diário da República. Mas, entretanto, nada impede que seja publicada alguma legislação que faça o P.D.M. sofrer alterações e tudo se atrase.

No que respeita aos escuteiros, acho que têm feito um trabalho excelente, pelo número de jovens que estão envolvidos e até pela escola de regras que é. Penso que devemos fazer um esforço para encontrar uma solução. Há algumas hipóteses de solução. Na minha opinião, o lugar ideal para eles era o Parque do Mandanelho porque poderiam dar o seu contributo, numa parceria com o Município, em actividades de animação e de manutenção do espaço. Mas os escuteiros não quiseram aquela casa por entenderem que não tem condições para acolher um número tão elevado de escuteiros. Uma outra solução era debaixo do palco do Parque do Mandanelho. Eu acho que devemos dar um contributo aos escuteiros porque é um projecto de muito valor.

E a Câmara tem que seleccionar bem os projectos a apoiar porque se instalou o hábito, em Oliveira do Hospital, das pessoas idealizarem coisas e, depois, virem à Câmara pedir dinheiro para pagar as despesas. Isto tem que ser discutido: as pessoas entram nas coisas, têm que se sacrificar por aquilo que acreditam e por aquilo que querem realizar, e o Município deve dar-lhes um contributo. Mas, nesta fase difícil, as coisas que estão fora do subsídio dificilmente passarão pois é preciso cortar naquilo que seja menos necessário no concelho.

E um exemplo de uma boa realização foi a que fez a Secção de Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, com o torneio recentemente realizado e pelo qual eu gostaria de dar os parabéns. Teve custos muito limitados e não houve nenhuma injeção de custos financeiros porque foi pago pela Federação de Patinagem de Portugal. Foi uma grande realização, que arrastou centenas de pessoas, encheu os hotéis e com poucos custos. Foi um excelente trabalho da Secção de Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital e eu tive muito orgulho em ter lá estado. Trabalhos daqueles valorizam as colectividades que os desenvolvem.

Sobre a estação elevatória do Vale do Ferreiro e de Lagares da Beira, há um pequeno problema: está tudo pronto mas falta uma certificação da E.D.P.. Coisas inconcebíveis neste Portugal moderno que se queria cada vez mais moderno e mais simples. É inconcebível que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma certificação da E.D.P. faça com que as fossas continuem a vazar para os terrenos. Temos feito todas as *démarches* para que as obras andem mais depressa mas, depois, são retidas por outros procedimentos lentos. Mas penso que estará quase tudo resolvido.

Relativamente à energia eléctrica, é verdade que há políticas que são desastrosas. E todos os Srs. Presidentes de Junta gostam – e o meu amigo João Dinis também – de colocar lâmpadas em tudo o que é sítio. E essa também foi uma política que foi seguida e que hoje já não pode ser seguida, porque temos um conjunto de lâmpadas que iluminam muitas vezes locais onde não são necessárias. Isto pode dar votos mas não dá sentido de responsabilidade. Acho que lâmpadas de iluminação pública devem ser para alumiar as pessoas onde elas passam, para dar segurança. Isso deve ser feito. Não se devem colocar lâmpadas por colocar. Pelo contrário, nós devemos é desligar algumas lâmpadas que estão mal colocadas e que foram mal colocadas. Neste momento, estamos a fazer um estudo de eficiência energética com uma empresa. E uma das coisas que – penso – nunca ninguém fez mas eu fiz foi um levantamento de todas as situações em que pagamos energia eléctrica. E cheguei a conclusões brilhantes: há escolas do 1º ciclo desactivadas em relação à quais continuamos a pagar à E.D.P.. E deixem-me dar-vos um número: sabem quanto é que custou a iluminação pública ao concelho em dois mil e dez? Custou quatrocentos e cinquenta mil euros. É muito dinheiro.

Também queria dar conhecimento que está a haver uma reestruturação profunda nos serviços. Vamos lançar o Balcão Único. Vamos implementar a contabilidade de custos. E até anuncio aqui outra coisa que vai acontecer e que também vai dar alguma polémica. Vai haver um balcão onde os munícipes entrem e onde sejam encaminhados para os diversos serviços. E há outra coisa que também vai acontecer: que todos os nossos funcionários – não é uma questão de controlar – vão ser obrigados, cada vez que saiem para ir ao café, a picarem o cartão e está lá o funcionário que controla. E nós sabemos quanto tempo é que o funcionário esteve lá fora. Porque aquilo que às vezes também acontece hoje, ainda derivado a estas duas portas e a este sistema, é haver pessoas que entram às nove e às nove e dez encontram-se no café. Isto não pode ser. As pessoas não têm consciência que este mundo mudou e que a exigência é muito maior sobre os dinheiros públicos. Isto vai moralizar todo o sistema interior da Câmara. A que é que isto obriga? E aqui é que está a polémica. Vai obrigar a fechar uma porta, vai obrigar a que a Câmara Municipal só tenha uma entrada.

Sobre a E.N. 17, recebemos a notícia que as Estradas de Portugal têm pouco dinheiro e que os organismos do Estado estão todos descapitalizados. De qualquer maneira, temos que reconhecer que fizemos um bom *dossier* com os nossos técnicos. E mandámo-lo. Tenho ligado ao Sr. Director da zona centro e já lhe disse que cada vez a estrada vai-se deteriorando mais. E há outra coisa interessante que eu descobri recentemente: os semáforos são da E.D.P. mas quem paga a electricidade dos semáforos é a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Mas eu vou resolver esta questão.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge: eu queria fazer-lhe uma confissão, hoje. Há uma coisa muito gira, feita por uma turma do décimo segundo ano, sobre as belezas do concelho e que vai terminar num espectáculo em vinte e nove de Maio. Não sou responsável por isso mas disse aqui à minha Vereadora que achava que as vossas lajes também mereciam estar integradas. Mas a escolha não foi minha pelo que não assumo responsabilidades. Mas penso que Meruge tinha razões para estar representada. Apoiámos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este grupo de jovens porque achámos que era uma ideia interessante.

Sobre o “Simplex” para as pequenas obras, acho que há algum desconhecimento de algumas pessoas porque há obras de escassa relevância urbanística, para as quais não é preciso nenhum tipo de licença. Se forem construções até dez metros quadrados – desde que não seja em reserva – é possível. E para pintar a casa também não é. Basta fazer um ofício e nós despachamos. Há um conjunto de coisas para as quais o procedimento está simplificado. Mas há coisas que são dramáticas: se for para substituir a madeira de um telhado por madeira, não há necessidade de licença. Mas, se for noutro material, já é preciso. E, muitas vezes, as pessoas enganam a Câmara: mandam dizer que é com madeira e fazem a obra com outro material. E, se os fiscais não dão conta, arranjam-se aborrecimentos que podiam ser evitados. Ninguém me peça para infringir leis porque eu não o vou fazer.

Sobre o Oliveira Finicia, há alguns problemas. Acho que já gastámos mais dinheiro num protocolo anterior com a A.C.I.C. do que com projectos, pois ainda não apoiámos nenhum. E isto por uma razão: houve duas candidaturas que não chegaram a ser concretizadas pelos promotores. Neste momento, decorre uma candidatura, que ficou a aguardar que o promotor licenciasse o estabelecimento. Também foi lançado o Empreender +, numa dinâmica nova, e que recebe candidaturas de um de Maio a quinze de Setembro. Mas deixem-me dizer que este protocolo com a A.C.I.C., que não tem dado nenhum trabalho aquela entidade, custa cinco mil euros anuais à Câmara Municipal. Não estou satisfeito em pagar aqueles cinco mil euros porque não tenho visto nenhum efeito positivo no meu concelho pelo pagamento daquela importância. Se fosse na década de sessenta, dava para uma pessoa ser milionária.

Sobre a questão colocada pelo João Dinis sobre a biblioteca itinerante, penso que, hoje, há uma realidade diferente da que havia antigamente. E hoje os nossos agrupamentos e as nossas escolas têm acesso a livros e estão abertas às populações onde estão integradas, o que ainda é desconhecido por muita gente. Assim, não me parece que seja muito possível mas posso ver junto da Calouste Gulbenkian. Mas penso que deixaram de existir porque deixaram de ter “clientes”.

Sobre o IC 6 não vou comentar mais nada. Acho que é uma grande injustiça. Para mim – como escrevi naquele cartaz da campanha – o IC 6 continuará a ser uma grande prioridade porque é uma questão de justiça e é uma questão de desenvolvimento económico desta região. E a minha grande mágoa é que este IC 6 não tivesse, pelo menos, passado Oliveira do Hospital e ido à A25, nesta primeira fase. Continuaremos todos a reivindicar isto e tenho pena que este Governo não tivesse concretizado esta obra que era mais do que justa. Era um anseio dos oliveirenses e merecíamos ter cá essa obra.

Em relação à Ribeira dos Cavalos, também eu penso que é preciso fazer qualquer coisa no Parque dos Marmelos. Já há um pré-estudo para se melhorar aquela zona pois pode tornar-se numa zona ribeirinha.

No que respeita ao acesso à Biblioteca, é um assunto que merece reflexão. Ele diz que a questão tem a ver com o peso da cadeira, não tanto com a entrada. Mas nós vamos ver as condições e é evidente que temos que criar acessos a toda a gente que apresente deficiência e para as quais a vida já é ingrata.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à limpeza de bermas, temos tido alguma dificuldade em arranjar pessoal para manobrar as máquinas, uma vez que houve uma série de contratos que atingiram o seu termo e os concursos estão a decorrer.

Quanto à E.T.A.R. para as queijarias, tive uma reunião há quinze dias com a Profª Teresa Fidélis, a Presidente da A.R.H., e há uma equipa que está a fazer um estudo técnico. Foi feito o diagnóstico e agora está a ser preparado um *dossier* técnico.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestado algumas informações adicionais sobre as reuniões que se realizaram e cuja informação constava da informação escrita sobre a actividade municipal enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal.

Depois, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“No quadro de dívida a fornecedores e prestadores de serviços, aparecem as empresas habituais e, depois, aparece um quadro à parte, que é o quadro de dívidas de empreitadas. Neste primeiro quadro aparece a Construtora Santovaiense: seis mil vinte e sete euros. Era só para saber se está aqui por lapso e devia estar no mapa de dívidas por empreitadas ou se é algum fornecimento.”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“Para lhe ser sincero, não posso dar-lhe este esclarecimento agora porque prometo ver. Tem toda a lógica porque a Construtora Santovaiense está a executar algumas empreitadas. De qualquer maneira, vou por aqui uma nota para perceber a que se refere esta dívida.”

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2011 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

Após o Sr. Presidente da Câmara ter prestado alguns breves esclarecimentos sobre esta matéria, a Mesa colocou à votação a presente proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para representar a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo sido apresentada uma única lista.

A esta lista foi atribuída a designação “Lista A” e propunha o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital como representante efectivo e o Presidente da Junta de Travanca de Lagos para representante suplente no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Seguidamente, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, da lista apresentada, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2010.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para prestar os seguintes esclarecimentos:

“A execução do ano económico de 2010 é integralmente da responsabilidade do actual Executivo Municipal, sendo os respectivos resultados, análises e conclusões uma consequência directa dos actos gestão do Executivo em permanência e das deliberações do Executivo Municipal como um todo.

Aquando da apresentação das propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, tinham sido definidas linhas de orientação que consubstanciavam a preocupação em dar resposta em cada momento às necessidades e reivindicações das populações e das instituições representativas dos interesses e direitos dos cidadãos nas mais diversas áreas de interesse comunitário e, simultaneamente, em procurar estruturar o futuro, criando condições para que o nosso desenvolvimento económico e social se faça em permanente convergência com as transformações sociais com que as dinâmicas do mundo actual nos confrontam.

Daí que se tenham procurado:

- soluções para as preocupações com as pessoas e com as suas condicionantes, bem como para a necessidade de criação de novas condições para acolher iniciativas empresariais locais;
- respostas eficazes nas áreas da acção social e da educação, nas áreas do aumento da qualidade de vida das pessoas, dando especial atenção às matérias relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento, e na criação de condições favoráveis ao estabelecimento de um relacionamento equilibrado e municiador de instrumentos financeiros com as juntas de freguesia;
- condições internas de adaptação ao conjunto de condicionamentos com os quais a Câmara Municipal teria de conviver, mas que, até certa altura, não eram possíveis de prever os impactos financeiros que a situação do país transpôs para a nossa própria realidade interna, desde logo, continuando a honrar todos os compromissos com encargos certos e permanentes e a manter uma imagem muito positiva no mercado no que respeita à nossa capacidade de satisfação de pagamentos com empreiteiros e fornecedores.

Durante o ano de 2010, foi constituída a BLC.CERES.2G – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, tendo como entidades fundadoras o Município de Oliveira do Hospital, o Instituto Politécnico de Coimbra e o NDEIB – Núcleo de Desenvolvimento Empresarial do Interior e Beiras e tendo como objecto o exercício de actividades de investigação e desenvolvimento experimental, de formação, de promoção da inovação e de apoio aos diversos sectores da actividade económica no seu âmbito de actuação.

No ano de 2010 houve, em termos gerais, um forte agravamento das condições económicas e financeiras das entidades públicas e privadas, com um impacto acentuado no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível de consumo das famílias e nos esforços de investimento destas e das empresas, acentuando uma profunda estagnação da actividade produtiva e no tecido comercial que compõe a nossa economia local, quer nas situações de desemprego, quer também no volume de negócios de algumas empresas em actividade, nomeadamente no sector da construção civil.

Viram-se também agravadas as condições de financiamento às empresas e às famílias, que se reflectiram no contexto económico da própria autarquia, na medida em que interagem directamente com a capacidade de captação de receitas próprias ao nível dos impostos e das taxas.

Estas circunstâncias implicaram uma reorientação de algumas das opções de despesas correntes e de investimento por parte da Câmara Municipal, na medida em que se identificaram novas situações de carência habitacional, alimentar e outras, que obrigaram à implementação de instrumentos de correcção e compensação, designadamente através da criação do Centro de Recursos Sociais e da participação da autarquia em participar em acções de reinserção de desempregados no mercado de trabalho.

O ano de 2010 foi fortemente dedicado ao conhecimento da situação existente, com um diagnóstico profundo a todos os factos, circunstâncias, recursos e constrangimentos que envolvem a actividade do Município, de modo a que as principais linhas de orientação do Executivo para o actual mandato não possam ser postas em causa.

Desde logo, mantendo a Câmara Municipal como uma instituição parceira e solidária face aos problemas das pessoas, das famílias, das empresas e das instituições; consolidando a sua determinação em colaborar activamente com as juntas de freguesia na realização dos seus investimentos e iniciativas; continuando a afirmar Oliveira do Hospital como um Município activo, dinâmico e suficientemente atractivo para acomodar novos investimentos e novos residentes e, nesse âmbito, promovendo ou apoiando a organização de diversos eventos com impacto na região, com especial destaque para a ExpOH – Feira Regional de Oliveira do Hospital.

Foram obtidos os projectos de execução destinados à concretização das principais obras municipais a realizar no futuro próximo, tendo alguns deles já dado lugar às respectivas empreitadas, como foi o caso das infra-estruturas da ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, do Centro Educativo de Nogueira do Cravo, das ligações técnicas de saneamento em Seixo da Beira, da Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I, em Ervedal da Beira, da Requalificação da Envolvente à Praia Fluvial da Ilha do Picoto, em Avô e da Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez.

Para futuras empreitadas foram também desenvolvidos trâmites para obtenção dos projectos relativos às novas instalações da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, ao novo Estaleiro Municipal, à Requalificação do Mercado Municipal e à Construção da Estação Central de Camionagem e à requalificação.

Foi concretizada a definição da nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, de acordo com o novo ordenamento jurídico instituído para o efeito, onde se manifestaram preocupações de emagrecimento da estrutura e dos lugares de dirigentes, mas também de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reorganização das afinidades e sinergias entre as diversas unidades e subunidades orgânicas, de modo a obter ganhos de eficiência e resultados mais favoráveis no cumprimento da missão do Município junto do seu território e das suas populações.

Ao mesmo tempo, foram iniciados procedimentos destinados a corrigir a persistência de um elevado número de trabalhadores em situação precária, tendo a preocupação de ajustar essa correcção às reais necessidades de recursos humanos que o Município revela nas diversas unidades orgânicas, não tendo havido criação líquida de postos de trabalho.

A autarquia continua a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os desafios que lhe têm sido colocados e aqueles a que se propôs, assumindo uma posição muito confortável na capacidade de acesso aos eixos de financiamento do QREN, de tal modo que tem actualmente cerca de 3,1 milhões de euros de participações aprovadas e ainda não recebidas a que se acrescentam mais 2,1 milhões de euros de participações a receber relativos a projectos que aguardam aprovação.

Em termos de análise à execução do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos, verifica-se que houve a taxa de execução global do PPI de 36,13%, sendo a diferença entre previsão e execução o resultado, por um lado, do excesso de previsão na concepção e construção do PPI, que procura alargar o âmbito das previsões para que as acções possam não ficar inviabilizadas por falta de inscrição, em caso de surgimento de oportunidades de financiamento e, por outro lado, da realidade específica de um primeiro ano de mandato, com um novo Executivo em permanência, em que é necessário um esforço adicional de diagnóstico, planeamento, definição de metas e preparação dos instrumentos necessários à concretização dessas metas.

O Objectivo “Comunicações e Transportes” apresenta, como tem sido recorrente, uma ponderação predominante face aos restantes objectivos, o que decorre da concretização dos grandes investimentos na rede viária a que a Câmara Municipal se propôs, tanto os que são objecto de financiamento comunitário, como a ligação Aldeia das Dez – Vale de Maceira, ou a ligação Nogueira do Cravo – Cidade, quanto os outros que, mesmo sem financiamento externo assegurado, cumprem o mesmo desígnio de beneficiação das acessibilidades concêntricas relativamente à Cidade.

O segundo grande objectivo é o respeitante à Cultura, Desporto e Tempos Livres, fruto dos investimentos realizados e em curso relativos à Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal e a construção dos equipamentos desportivos na freguesia de Seixo da Beira. Em termos absolutos, este Objectivo representou uma despesa de mais de 1,25 milhões de euros.

Quanto à análise à execução orçamental, verificou-se uma estabilização das taxas de execução da receita e da despesa face aos valores orçamentados, ligeiramente acima dos 60%.

As maiores entre previsões corrigidas e receita cobrada líquida ocorreram nos impostos indirectos, nas outras receitas correntes, na venda de bens de investimento, nas transferências de capital, nos activos financeiros e nas outras receitas de capital, sendo que, em termos absolutos, as diferenças mais substanciais se verificaram nas transferências correntes e nas transferências de capital. As primeiras, por excesso de previsão necessário à



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cobertura de todas as inscrições do lado da despesa, as outras, as transferências de capital, pela ocorrência de uma diferença de ritmo entre a capacidade da autarquia em realizar obras e gerar despesa elegível nos projectos comparticipados pelo FEDER e a resposta das instituições responsáveis na entrega à Câmara Municipal das respectivas comparticipações. Esta circunstância foi ainda agravada pelo impedimento à apresentação de pedidos de pagamento enquanto não estivessem aprovados os pedidos de reprogramação das respectivas candidaturas.

A maior expressão das receitas é inevitavelmente assumida pelas transferências, quer correntes, quer de capital, onde naturalmente estão incluídas as transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, sendo de realçar que no ano de 2010 ocorreu já um corte no volume de transferências, reduzindo para 1,03%, o aumento previsto de 5% face ao ano anterior, o que representou uma perda de receita de quase 300.000 euros.

A taxa de realização de despesas, de 53,63%, acompanhou o nível de abrandamento verificado nas receitas, sendo mais expressiva a variação ocorrida nas despesas de capital, com particular destaque para a aquisição de bens de capital, em consequência do novo posicionamento do Executivo em relação à política de investimentos e da reorientação dos esforços para a necessidade de dotar a autarquia de projectos que, sendo agora de natureza diferente dos investimentos na mobilidade que têm vindo a ser realizados, permitam ao concelho adaptar-se mais eficientemente aos desafios e ao novo modelo de desenvolvimento com que estamos confrontados.

É relevante no conjunto das despesas o peso que as despesas correntes vêm assumindo de forma crescente, em consequência das novas responsabilidades que têm sido colocadas nas mãos das autarquias locais ao nível da prestação de serviços às populações e da realização dos chamados investimentos imateriais que, por sua vez, são o resultado do ajustamento entre as reivindicações das populações e a acção municipal de resposta a esses anseios e necessidades.

Não é também indiferente a este crescimento o aumento de encargos com o fornecimento de água e com a recolha de efluentes por parte da Águas do Zêzere e Côa, SA, sendo que, só no fornecimento de água, o aumento foi de 352.578,29 €.

Cumpriu-se mais uma vez em 2010, embora em menor escala, a tendência de muitos anos em que se verifica a afectação de uma boa parte das receitas correntes em despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, sem que as receitas de capital corresponderam a 35% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de quase 36% face à totalidade das despesas, havendo ainda uma afectação inferior a 1% das receitas a despesas de capital.

Em matéria de endividamento, a situação da dívida em 31 de Dezembro de 2010 reflecte de forma evidente o impacto decorrente da contratação e da utilização integral do empréstimo de 5 milhões de euros, que se expressa no aumento do endividamento em 27,15% face ao montante registado no ano de 2009, ao mesmo tempo que o crescimento da dívida de curto prazo não tem relevância em termos absolutos, já que esta dívida não é mais do que a correspondente ao volume de documentos de despesas em trânsito no final de cada ano para o exercício económico seguinte.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em termos globais, o volume de responsabilidades no final do ano aumentou consideravelmente, atingindo o pico deste ciclo económico, na medida em que não se vislumbra a necessidade de recurso a novos empréstimos no período que se segue, devido às condições de crédito altamente proibitivas, embora se preveja o recurso ao crédito como complemento de financiamento de projectos financiados pelo QREN, através de empréstimos bonificados pelo BEI, cujas condições de financiamento não são as do mercado bancário comercial.

A título de conclusões finais deve referir-se, segundo a análise realizada ao desempenho dos últimos anos e com base nos dados concretizados em 2010:

- que as receitas certas e permanentes não são suficientes para suprir as necessidades com as despesas certas e permanentes, tendo-se mesmo agravado esta insuficiência de cobertura, desde logo pelo aumento verificado nalgumas das rubricas do lado da despesa como combustíveis e lubrificantes, transferências correntes e de capital para as freguesias, transferências correntes para instituições sem fins lucrativos e amortizações de empréstimos, os quais representam em conjunto um aumento de quase 900.000,00 €.
- que, se o volume de realização municipal relativa às despesas certas e variáveis (aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital) se tivesse mantido nas proporções do ano anterior, a relação entre receitas e despesas seria altamente deficitária e certamente inoportável;
- que a satisfação, ao mesmo ritmo dos anos anteriores, das expectativas das populações, freguesias, colectividades, associações e quaisquer outros interessados na actividade autárquica, só é possível com recurso ao financiamento externo o que, nas actuais circunstâncias, não pode ser o caminho;
- que, pelo contrário, o caminho terá que ser, sem hesitação, o de tornar possível, não só pela via diplomática, mas também pela preservação de uma estabilidade financeira que gere fundo de maneo suficiente para esse desafio, um aproveitamento máximo das oportunidades de obtenção de financiamento não reembolsável para os grandes investimentos de que o concelho carece, mesmo que isso represente medidas de contenção e ajustamentos noutros agregados de despesa com tendência de crescimento nos últimos anos;
- que só o acesso a este género de receitas dependentes da concretização de projectos específicos, permite corrigir o deficit acumulado nos dois grupos anteriores, situação que, como se sabe, não vai durar para sempre, implicando a necessidade de progressivamente se ter que ajustar o esforço de investimento municipal à capacidade de gerar receitas próprias e a um novo paradigma de sustentabilidade financeira;
- que, no pressuposto de que estes financiamentos correspondem, em média, a 70% dos investimentos para os quais contribuem, o decréscimo no valor dos investimentos incluídos no grupo de despesas certas mas variáveis seria da ordem dos 1,5 milhões de euros ($1.049.511,41 / 70\% = 1.499.302,01$), o que traria para cerca de metade o valor realizado em 2010.

O Balanço registou uma variação positiva global de 11,42% face ao Balanço do ano de 2009, sendo que os maiores crescimentos se verificaram nos activos correntes, sobretudo em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação a disponibilidades, com um crescimento de 183,45%, em consequência do encaixe relativo ao empréstimo.

No Passivo as maiores divergências em relação ao ano anterior registam-se nos Credores diversos com um aumento de 111,32%, nos Fornecedores, incluindo fornecedores C/C e Fornecedores de Imobilizado, com mais 70,44%, mas também no endividamento de médio/longo prazo e que representa a totalidade dos passivos não correntes, crescendo quase 36%.

Quanto à Demonstração de Resultados, o resultado líquido do exercício apresenta uma redução significativa de 58,43% face a 2009, colocando-se no valor de 901.943,90 €.

Este facto é consequência do pouco significativo aumento, ou mesmo redução, de algumas rubricas de proveitos, como Vendas e Prestações de Serviços, Impostos e taxas e Transferências e subsídios obtidos, mas, em maior escala, do crescimento acentuado de fornecimentos e serviços externos, em 5,12%, e custos com pessoal, em 2,94%, mas também com o maior custo registado em amortizações do exercício, com mais 11,76%.

O Resultado Operacional registou uma diminuição de 33,78%, bastante superior à que tinha ocorrido na variação 2009/2008, que foi de 7,11%, para a qual contribuiu um aumento das amortizações em 11,76%, permitindo concluir-se pela tendência dos últimos anos, que os custos com a actividade operacional do Município não têm sido suficientemente acompanhados pela evolução nos proveitos operacionais, o que é explicável desde logo pelo elevado peso dos chamados custos sociais da actividade municipal, ou seja pelo valor significativo que assumem as prestações de serviços que beneficiam de isenção de taxas e preços em razão da natureza social das entidades requisitantes ou, ainda mais significativo, o diferencial entre o custo efectivo dos serviços e utilidades prestados e o valor cobrado como tributos desses serviços e utilidades.

Desse ponto de vista, é de salientar o elevado deficit tarifário que já neste momento se verifica e que tem tendência a agravar-se em 2011 e 2012, no que se refere aos serviços de saneamento básico prestados pela Águas do Zêzere e Côa, SA. Por enquanto esse deficit incide sobretudo no abastecimento de água, mas a seu tempo incluirá a prestação dos serviços de saneamento, à medida que forem sendo integradas no sistema multimunicipal as ETAR's actualmente em construção e para as quais irão começar a ser facturados os caudais de efluente tratados, de acordo com as respectivas medições.

Quaisquer outras informações e conclusões podem ser obtidas do documento geral relativo ao Relatório de Gestão, bem como dos Documentos de Prestação de Contas.”

Seguidamente, interveio o Sr. Engº José Vasco:

“Relativamente às contas de dois mil e dez, cumpre-nos tecer as seguintes considerações:

Preocupa-nos o elevado número de absentismo dos funcionários da autarquia que aumentou significativamente em relação ao ano anterior;

Preocupa-nos também o valor pago em horas extraordinárias, que é muito superior ao ano transacto;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Preocupa-nos ainda a fraca taxa global de execução do Plano Plurianual de Investimentos, que desceu para 36,13 %.

E é só o nos cumpre dizer sobre isto.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes:

“O Sr. Presidente leu o documento que trazia e do qual, naturalmente, não temos conhecimento mas que pensei ser do documento que temos na nossa posse pois utilizou alguns parágrafos do mesmo.

E diz, a determinada altura, *“é certo que uma parte significativa das disponibilidades financeiras com que se iniciou o ano de dois mil e dez estava já comprometida com investimentos em curso, já adjudicados ou a aguardar adjudicação”*. E, no parágrafo a seguir, diz que *“a autarquia continua, pois, a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os desafios que têm sido colocados e aqueles a que se propôs, principalmente porque lhe permitem assumir uma posição muito confortável na capacidade de acesso aos eixos de financiamento do QREN”*, o que vai exactamente em contraponto com o que alega para a baixa taxa de execução. Porque diz *“relativamente às despesas e como adiante se poderá observar no respectivo quadro, a sua taxa foi de 53,63%, bastante abaixo do nível de variações que tem vindo a ser registado. A explicação para este facto encontra-se de forma mais vincada na variação relativa a aquisição de bens de capital em que, se por um lado, ocorreu um excesso de previsão de investimentos, como forma de sinalizar novas acções com as quais o Executivo se quis comprometer, por outro lado, houve um abrandamento no ritmo de execução de algumas empreitadas, que mereceram alguma ponderação e ajustamento cronológico por parte do Executivo, de modo a assegurar as condições necessárias à satisfação dos respectivos encargos”*. Mas diz exactamente o contrário atrás. Diz que os encargos já estavam adjudicados e que os investimentos já estavam em curso, ou seja, no nosso entender, houve aqui um adiamento excessivo e sem justificação no que diz respeito à maior parte dos investimentos que estão a ser realizados ou estão a ser concluídos, que é o caso da Biblioteca Municipal, da terceira fase da Estrada do Vale do Alva, da rectificação e pavimentação da estrada Nogueira do Cravo/Aldeia de Nogueira/Oliveira do Hospital e da estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, que são obras que já estavam adjudicadas e que já poderiam estar executadas, o que faria que a taxa de execução aumentasse. E assim não aconteceu. E continua dizendo que *“a tais resultados não é também alheia a conjuntura nacional, com repercussões a nível municipal, conforme já foi referido no enquadramento inicial”*, ou seja, há aqui uma contradição clara. No início diz que há capacidade financeira, que há disponibilidade financeira, porque são obras que já estão em curso, e, depois, alega-se exactamente o contrário para justificar a baixa taxa de execução.”

Intervio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Há pouco, no período Antes da Ordem do Dia esqueci-me de referir algo e não posso deixar de o fazer agora. Quero congratular-me com o arranque promissor da obra da estrada do Moinho do Buraco, uma obra que aqui propus tantas vezes e durante tanto tempo, principalmente porque retira trânsito da estrada dentro da minha freguesia que, durante onze anos, provocou onze mortos. E quando eu falo também na iluminação eléctrica de um troço



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dessa estrada, dentro da minha freguesia, é para evitar mais mortes e não é porque goste especialmente, porque eu até nem gosto da luz amarela. Eu acho que não há luz mais bela que a luz branca à noite porque não há iluminação pública mais bela que a luz da lua cheia. Mas também sei que esta, esta luz amarela... Sr. Presidente, já agora, preferível será, em último caso – e sublinho em último caso –, que se desligue alternadamente uma lâmpada destas lâmpadas amarelas, do que deixar de pôr lâmpadas onde elas ainda forem necessárias. Porque nas aldeias as lâmpadas e a iluminação pública não são um aspecto estético, não é para enfeitar as nossas aldeias. Mas, por exemplo, na cidade, há luzes que são para estética, para enfeitar. Portanto, terá que haver aqui um critério sempre muito ponderado porque, nas aldeias, a luz é essencialmente um factor de aconchego e segurança. Mas, em última análise, será preferível desligar uma alternadamente porque, se andarmos à noite, em último caso – eu digo, em último caso –, com estas luzes amarelas, vemos que há um excesso de iluminação nocturna. Eu não concebo que numa aldeia não se consiga ver as luzes das estrelas, à noite. Já basta nas cidades.

Quanto eu falo aqui dos PEC, não tem repercussões no nosso Município, na nossa vida, nos nossos munícipes? São das coisas que mais sacrifícios, mais repercussões tem tido. O Sr. Presidente, nesta intervenção que fez agora, refere as repercussões da situação geral do País no plano interno do nosso Município. Quando se corta, para dois mil e onze, setecentos mil euros, a pretexto do famoso PEC 3, eu relembro aqui a fotografia, a famosa fotografia de telemóvel do Teixeira dos Santos e do Catroga. São os mesmos que estão lá agora, nesta capitulação perante a ingerência externa do F.M.I. e da banca alemã. São os mesmos. Nenhum povo é iludido e explorado eternamente, seja lá onde for. E a culpa vai, um dia, deixar de morrer solteira.

Sobre este Relatório de Gestão e das Contas, eu mostro isto: se nós quisermos poupar – é a minha posição, não será a vossa – se esta documentação fôr em CD, poupa-se muita fotocópia e evita-se que se cortem algumas árvores.

E o Relatório de Gestão, do meu ponto de vista, tem que ser menos técnico. Eu, quanto mais leio, menos percebo. Eu não fui eleito como Técnico de Contas. Não sou, por formação profissional. Não quero ser. Portanto, quanto mais vejo isto, às tantas menos percebo. Também é uma maneira – não estou a dizer que será o caso – de não percebermos o que é que aqui está. Porque, se houvesse seis páginas de Relatório de Gestão que dissessem assim “dois mil e nove, dois mil e dez, Plano de Actividades para dois mil e dez, o que se realizou, o que não se realizou, despesas correntes, receitas correntes, despesas de capital, quais foram as obras que, por qualquer motivo, não se realizaram durante dois mil e dez e que estavam previstas”... Eram seis páginas, não era preciso mais. Três ou quatro quadros e não isto tudo. Deixo esta sugestão. Sintetizem, esclareçam melhor, poupem dinheiro, mandem em CD, pelo menos para Vila Franca da Beira.

Outro aspecto: eu creio, e está referido aqui no Relatório de Gestão, que um aspecto inegável é na área do relacionamento público e institucional do actual Executivo em permanência, que não é minimamente comparável aos dois ou três anteriores Executivos em permanência. Pelo menos até agora, o Sr. Presidente da Câmara não manifestou aquela pretensão de que “o Município sou eu”, pretensão que houve no anterior Executivo. Sr. Presidente, não desanime com as dificuldades, que as vai ter ainda maiores e sem ter grandes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

culpas no cartório, aliás, como nós. Que culpas é que nós temos para agora termos que nos subjugar à ditadura da banca alemã e do F.M.I.? Sr. Presidente, não desanime, seja generoso e seja exigente. Seja generoso com as juntas de freguesia, com os autarcas de freguesia, com as colectividades locais, com os dirigentes dessas colectividades, e seja exigente também com eles porque estão em causa dinheiros públicos. E seja sobretudo exigente com o poder político central. Não desanime porque, pelo andar da carruagem, para o ano estaremos certamente pior do que estamos agora. Não digo isto com particular gozo e detesto acertar nas coisas ruins.

Por exemplo, volto a dizer: os seiscentos mil euros transferidos directamente para as juntas de freguesia representam um ganho, uma poupança de pelo menos cem mil euros. Na ordem de vinte por cento, em média.

Sr. Presidente, entendamo-nos: quando se fizer, em Vila Franca da Beira, a cerimónia pública ou o evento festivo para os acordos de cooperação que se façam, se transferir vinte mil euros, até podemos fazer uma festa. Se transferir cinquenta mil, fazemos duas. E, se transferir cem mil euros, a gente pensa em fazer três. Por isto não vejo problema nenhum. Aliás, quando hoje se faz uma festa com o nosso povo, e a gente vê o nosso povo numa festa, feliz que seja duas horas, vale a pena. Porque, senão, vamos dar todos numa depressão colectiva monumental, vamos poupar em festas e gastar mais em anti-depressivos, que é o que está a acontecer na Grécia. Portanto, uma festa sem exageros é sempre uma coisa boa e pena é que não possamos fazer festas todos os dias da nossa vida.

Em relação à Conta de Gerência, de facto, há uma evolução – a agravar-se – de certos passivos, dos credores, dos fornecedores, dos empréstimos à banca. E é um agravamento significativo. Eu penso que o Município ainda não está na linha vermelha mas, a este ritmo, para lá pode caminhar. É evidente que vamos esperar que melhores tempos venham e vamos contribuir para isso, pelo menos da nossa parte. Há também, de facto, um desequilíbrio grande – o Sr. Presidente já falou sobre isso – entre as despesas de capital comparativamente com o orçamentado. E este aspecto é também uma situação que se regista e que eu não faço mais comentários, apenas de que isto não é bom. E, para dois mil e onze, corremos o risco de ser pior. Setecentos mil euros a mais do PEC 3 sobre o Orçamento Municipal representa castigos sobre a nossa vida.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra:

“Sobre esta questão do envio informatizado, foi falado aqui esta manhã que é prática nalgumas câmaras ser entregue um documento em papel em cada força parlamentar e, aos restantes, mandar em formado digital. Mas tinha eu intenção de ter essa conversa com os líderes e, depois, fazer isso. Porque, efectivamente, é capaz de ser mais funcional e, apesar de não ser por aqui que se perca o orçamento do Município mas é dinheiro que hoje em dia se pode poupar. Portanto, a intenção, de futuro, é efectivamente essa: mandar o documento escrito para cada partido ou força representada e mandar aos Srs. Deputados informaticamente. De qualquer modo, vamos fazer isso de uma forma mais reflectida. Mas, efectivamente, esta manhã já se tinha aqui conversado sobre isso.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Interessa-me analisar as coisas no global. E aí queria lançar um desafio ao Sr. Presidente da Câmara que nos dissesse, se tem elementos, para nós entendermos: aqui houve uma baixa taxa de execução neste ponto, houve uma menos boa naquele, houve uma melhor naquele. Mas o que me interessa, fundamentalmente, é o global. E, no global, tem a ver com os dinheiros recebidos, com as receitas da Câmara e com as respectivas despesas, na globalidade. Todos nós sabemos – e não somos ingénuos – que qualquer câmara municipal, habitualmente, o ano a seguir a uma eleição autárquica... Aliás, o antigo Presidente da Câmara era useiro e vezeiro nisto porque tinha os investimentos fundamentalmente focalizados no fim do mandato. Não sou ingénuo. E todos nós sabíamos quais eram as taxas de execução no primeiro ano após as eleições. Não podemos ter a memória curta. Quando falamos devemos olhar para dentro. Se o Sr. Presidente da Câmara tiver esses elementos, eu agradecia que dissesse à Assembleia, nos dois últimos mandatos, pelo menos, quais foram as receitas das Câmaras anteriores e as taxas de execução, ano a ano, para compararmos. E só assim é que se pode comparar. E, então, podemos ter, de uma forma consciente e real, uma atitude crítica. Não vamos criticar só por um ano. Ainda temos mais três anos pela frente. Vamos ver o que vem a seguir.

Mas uma coisa apraz-me ver neste Relatório: apesar de todos os constrangimentos da crise, apesar de ter havido cortes no F.E.F. dado à Câmara Municipal, apesar de ter havido cortes nas receitas da Câmara Municipal noutras áreas, apesar de ter havido aumento de despesa, nomeadamente na questão da água... Por isso é que eu agradecia que esta análise fosse feita para que se entendesse que não estamos em anos dourados, como já houve anteriormente. Esses, sim, é que foram dourados.

Sr. Rui Abrantes: o Sr. sabe que não pode estar a excluir que estamos a viver os constrangimentos que vivemos. E nos anos anteriores em que vivemos de vacas gordas? Analise tudo. Essa é que é a grande questão, Sr. Presidente da Câmara.”

Intervenção, depois, o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Da leitura que fiz da documentação enviada, penso que realça a situação financeira do Município.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, põe-se a questão de enviar a documentação em papel ou em formato digital. Eu lançava-lhe o desafio de continuar a mandar em papel porque está demonstrado que é mais sustentável do que mandar por CD ou por computador. O papel é normalmente produzido por florestas sustentáveis e é mais sustentável que o computador. Não se esqueçam que os CD's são lixo, não são recicláveis.

Também queria realçar a boa situação financeira. Há aqui uma alteração da dívida, de curto para médio prazo que, naturalmente, se deve ao empréstimo que foi traduzido na totalidade, dos cinco milhões de euros. No entanto, acho que não é preocupante. Realçar a situação financeira, que já acontecia. O que houve foi uma mudança: onde é que se investe, como é que se investe, quando e como.

É de realçar as obras que estão em curso, as que foram acabadas e as que foram lançadas. Já foi dito pelo meu colega anterior que este é o ano desta nova gestão da Câmara. Naturalmente que, quando entrou para a casa, quis ver como é que estava, como é que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam as obras, dar conta da situação que encontrou. E naturalmente que, se calhar, no primeiro ano, pode haver alguma interrogação sobre as realizações ou sobre as obras. O que é exigido é que este ano de dois mil e onze seja um ano totalmente diferente. E, quando estivermos daqui a um ano e fizermos este balanço, temos a certeza que o grau de realização se incrementou fortemente e que os desafios que estão aqui a ser lançados são extremamente fortes.

Também de realçar que, mesmo assim, a capacidade de realização no plano plurianual cresceu 36%, como devem ter verificado.

Esta questão que foi referida, e que pode ser preocupante, do absentismo e do trabalho suplementar aqui na Câmara, queria dizer que estas questões muitas vezes são provocadas por menos pressão para que as pessoas estejam presentes no local onde devem estar. Esta situação que o Sr. Presidente referiu aqui no início de colocar um pontógrafo, penso que é justa e necessária. Mas o mais importante para mim e que também se reflecte no absentismo, e no trabalho suplementar que tem que se dar para o absentismo que existe, é quando um munícipe vem a esta Câmara e quer ser atendido, quer que a pessoa que ele vem contactar esteja cá. E, quando se vai dirigir a ela, não está porque se ausentou e não se sabe bem porquê.

O desafio que se lança aqui à Câmara em termos de futuro, no sector empresarial, seja público ou privado, é a contenção que tem que ser feita no ano de dois mil e onze, mormente no crescimento das despesas correntes. Os combustíveis e tudo o que esteja relacionado com combustíveis está a crescer. É um desafio e eu penso que a Câmara vai conseguir vencê-lo e reduzir claramente aquelas despesas supérfluas. Está a acontecer noutros organismos e noutras empresas e já falámos nessa situação.

Sobre a questão da energia eléctrica: há muitas maneiras de melhorar nesta questão. Um colega já falou na questão dos LED's. Eu noto que é um investimento muito caro mas em termos de sustentabilidade é bom. Há outras soluções: em algumas vias retirar luminárias, como já foi dito. Noutras vias, ter uma luminária ligada e outra desligada. Se calhar, não se justifica, à noite, ter aquela iluminação toda. Podemos ir por vários caminhos. É um desafio grande para a Câmara para este ano.

Pela boa gestão conseguida em dois mil e dez, pela boa aplicação dos dinheiros públicos, penso que é de aprovar estes documentos e dar-lhes força para que continue nesta senda e neste caminho.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Na sequência do que já foi dito, queria relevar desde já, a colaboração que, de facto, tem existido entre o Executivo e a oposição, quer na Câmara, quer na Assembleia. Tivemos até momentos de poesia falando-se da lua e das estrelas, o que é de enaltecer. Mas também é verdade que a Assembleia Municipal é um local de discussão política e é assim mesma que devemos assumi-la.

E, só para acabar esta questão do PEC, era bom que quem fala disso fosse um pouco mais longe e percebesse que esta questão e estes problemas não são de agora. São problemas de sistema económico e quem refere muito o PEC sabe isso e deve ir mais longe. Mil



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novecentos e vinte e nove, mil novecentos e trinta e oito, mil novecentos e setenta e dois, mil novecentos e oitenta e três: crises mundiais do capitalismo. Só que o sistema alternativo não provou. Portanto, é este que temos e é com este que temos que viver.

Quanto à questão que nos traz aqui hoje, de facto há uma melhoria muito significativa, desde logo formalmente na apresentação do Relatório de Contas. Eu fui um dos que foi aqui muito crítico em relação à gestão dos anos anteriores, pela falta de orientação, pela falta de missão e pela falta de visão, que não era posta nestes instrumentos. Recordo-me de ter falado que, por vezes, tínhamos aqui estes instrumentos como se fosse o País das Maravilhas porque não sabíamos para onde íamos. Neste momento, temos já um documento com orientação política, estratégico, e isso deve ser relevado.

Nós encontramos, em termos estratégicos, uma das afirmações claras, que é incrementar a comunicação entre os diversos níveis de organização, sobretudo a comunicação com as populações servidas. O Executivo tem dado provas disso. Já nas Grandes Opções do Plano se referia que era preciso abrir às necessidades das populações, que era preciso um diálogo entre uma Câmara amiga das populações e das instituições. Procurávamos uma visão para o concelho. Nós começamos a encontrar já, nestes instrumentos, esta visão para o concelho. É preciso termos uma Câmara virada para as pessoas e já a temos, nomeadamente quando se diz que foi dada uma atenção especial às áreas sociais, de educação e qualidade de vida, procurando a fixação destas pessoas e o equilíbrio demográfico. É verdade que também há que ter uma Câmara sustentável, como já hoje aqui vimos, nomeadamente no que concerne aos compromissos internos e externos.

Para isso, nada melhor do que a criação da Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro que, a meu ver, é um instrumento com grande potencial para resolver aqui alguns problemas. Ainda do ponto de vista formal, de relevar a apresentação do instrumento com gráficos comparativos. Aliás, tanto que isso é bom que já foi pedido hoje que seja feito ainda com maior relevância. Estes gráficos mostram-nos a evolução financeira e evitam-nos intermináveis discussões, com a justificação do injustificável que assistimos aqui durante alguns anos.

Na perspectiva substancial, temos que considerar que dois mil e dez foi um ano difícil em resultado da crise internacional, como estamos a ver com a Grécia, isto sem estar a excluir as eventuais responsabilidades nacionais. Mas basta olhar para o que acontece na Europa: Irlanda, Grécia. Vamos ver se não chega a Espanha e à Itália. Não obstante os *deficits* e todos estes problemas, recordar que, em termos autárquicos, a diminuição que houve foi às remunerações superiores a mil e quinhentos euros. Portanto, ainda não há razão, em termos globais, para grandes queixas em dois mil e dez, em relação a esta matéria. É verdade que já se sentiu ao nível de impostos e taxas, que já desceram. E é certo que a economia local sofreu com o desemprego. Também é verdade que há uma fraca competitividade da indústria local, há uma certa estagnação das actividades produtivas. O desemprego e o encerramento de empresas que o Executivo tentou contrariar dentro da medida do possível. A restrição ao crédito bancário com repercussões que vão ser ainda mais graves nas famílias e nas empresas porque fala-se muito do *deficit* público mas é preciso que se saiba que, em termos brutos e em termos percentuais, o *deficit* privado é muito superior ao *deficit* público. E ninguém fala nisso. Toda a gente acha muito bem que os particulares se endividem. Só se critica o *deficit* público.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tudo isto obrigou o Executivo a reorientar a sua actividade, daí aparecerem acções de reinserção para os desempregados e o Centro de Recursos Sociais, que foi uma aposta deste Executivo. A meu ver, o Executivo não merecia a coincidência de ter sido eleito no momento de impacto da crise mundial e nacional. Não obstante estas dificuldades, a estratégia é correcta e foi bem prosseguida, mantendo a aposta na via do desenvolvimento, nomeadamente, como eu disse há pouco, com a criação da Plataforma. A Plataforma, como já muita gente tem dito, é preciso é que produza resultados a curto prazo e eu sei que o Executivo, e nomeadamente o Sr. Presidente, está atento a isso.

A ampliação da Zona Industrial, com a criação de dez novos lotes, para a instalação de empresas, recorde-se que havia argumentário que baste para invocar que era difícil – senão impossível – alargar a Zona Industrial. Afinal, foi possível. O Centro Educativo de Nogueira do Cravo contribuirá, concerteza, para a formação e conseqüente reforço das competências para o desenvolvimento. E a aprovação do P.D.M. também vai contribuir para isso, a meu ver. Eu devo dizer que as alterações à legislação têm sido sistemáticas ao longo dos anos. No entanto, algumas Câmaras foram sempre aprovando os seus P.D.M.'s, enquanto que a de Oliveira do Hospital – eu persisto nisto, pois é um argumento comparável – foi sempre a que ficou para o fim. Isto é um facto e contra isto não há argumentos.

Na área de recursos humanos do Município, merece destaque a motivação, valorização, formação e aquisição de novas competências, traduzidas numa correcta avaliação de desempenho que o Executivo levou a cabo.

Há que relevar a diminuição dos lugares de chefia no novo mapa orgânico. Aliás, sabe-se que o próprio Governo também tinha isso a circular em Conselho de Ministros, para diminuir cerca de quinze por cento das chefias intermédias na Administração Pública. Só a queda do Governo impediu que isso avançasse. Os cortes salariais, já se falou, que, por enquanto foram só para quem tinha remunerações acima de mil e quinhentos euros. É verdade que o congelamento das progressões tem repercussões na produtividade mas também é verdade que temos de contrariar este sentimento. Já se falou nisso mas reparei que o absentismo é maior nas categorias mais baixas, nomeadamente assistente operacional e assistente administrativo.

Uma outra coisa que me deixou estupefacto é a questão de, pela primeira vez, em dois mil e dez, os funcionários terem sido avaliados com o instrumento SIADAP. Como sabem, a não aplicação do SIADAP, em termos de administração central, é razão para a cessação da comissão de serviço de qualquer dirigente. Correu na comunicação social alguns a quem foi, de facto, cessada a comissão de serviço por não terem avaliado os seus trabalhadores há dois ou três anos atrás. Não percebo como é que, em Oliveira do Hospital, só pela primeira vez em dois mil e dez é que foram avaliados.

De relevar ainda os procedimentos para a implementação da contabilidade de custos e gestão de stocks, o alargamento da intervenção social e na área da educação, a manutenção dos prazos médios de pagamentos inferiores a noventa dias, podendo até aproximar-se dos quarenta e cinco dias.

A exposição exterior do concelho: já se referiu a Feira do Queijo, a Feira do Livro, a EXPOH.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Medidas emblemáticas de descentralização, como os acordos com as juntas de freguesia, centralização de fundos com as juntas de freguesia.

Em relação ao QREN, já está concluída a remodelação da escola EB 1 de Oliveira do Hospital, a estrada Lagares da Beira/Limite do Concelho. Foram apresentadas candidaturas em dois mil e dez e aguardam decisão: o Centro Educativo de Nogueira do Cravo, abastecimento de água ao Casal de Abade, requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez, requalificação da envolvente à Praia Fluvial de Avô.

Por tudo isto, penso que se deve manter esta colaboração ente a Câmara Municipal e a oposição e este instrumento deve ser aprovado, por todas estas razões e outras que não foi possível aqui referenciar.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente que eu não estou mandatado para falar pelos funcionários da Câmara mas acho que esta questão do absentismo é uma falsa questão. Se analisarem isto coerentemente, a maior parte das faltas decorrem da lei: casamento, protecção da parentalidade, falecimento de familiar.

No que diz respeito à doença, podemos exigir mais fiscalização das baixas médicas.

E também temos aqui cinco mil e quatrocentos dias de férias.

Contas feitas, duzentos e oitenta funcionários daria sessenta e sete mil e duzentos dias de trabalho. Dá um abstencionismo de oito por cento. Vão a uma fábrica de confecções e vejam quanto é que é.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Em termos de Contas, eu estou de acordo com o João Dinis quando diz que as contas deviam ser mais desmontadas, mais clarificadas, para o cidadão comum perceber. Porque, sobretudo este conjunto de documentos técnicos... nem eu próprio domino. Mas eu tentei um compromisso com as forças políticas para simplificarmos algumas coisas mas percebemos, depois, que algumas forças vieram aqui reivindicar que os documentos não eram entregues. Se calhar, se tivéssemos feito assim, estavam aqui hoje a reclamar que não entregámos os documentos, que não os analisaram porque não os tinham.

A área financeira é da minha responsabilidade directa e não abduco dela, pelo menos por duas razões. Os tempos, como nós dizemos, não nos andamos aqui a queixar para preparar o terreno daquilo que nós não fazemos. Aquilo que temos que pensar é no dinheiro que temos e como é que as receitas vão estar, o que é que podemos fazer. A pergunta é: tendo este dinheiro, tendo uma perspectiva, como é que ele é bem aplicado. Quando o dinheiro é menos, seja na nossa vida, seja numa organização, pensa-se mais e fazem-se opções.

A propósito da dívida, a dívida aumentou. Tinha que aumentar. Estava contraída, tinha sido aprovada na Assembleia, para um conjunto de obras. Mas o problema é que, em dois mil e oito, o Presidente anterior, deste empréstimo de cinco milhões, lançou nas suas receitas um milhão e trezentos mil euros. Em dois mil e nove, um milhão e setecentos mil euros. E eu, em dois mil e dez, injectámos dois milhões. Com a injeção de este capital de empréstimo, dá-nos uma receita à volta de dezasseis milhões. Este ano, apesar do corte do F.E.F., conseguimos ter



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma percentagem mais elevada que também tem a ver com o quadro comunitário.

Mas o problema é que, se não houver coragem de cortar na despesa corrente, projecto que, em dois mil e treze, o Orçamento da Câmara Municipal, a receita variará entre os doze e os treze milhões de euros. Sabem o que é que isto dá? A despesa corrente deste ano foi de nove milhões cento e seis mil euros. Isto quer dizer que a despesa de capital, em termos de investimento, há uma sobra de três milhões. Nós fizemos cinco milhões neste ano difícil. Isso é que me preocupa: é que, independentemente de quem cá esteja, é preciso fazer alguma reflexão.

Em termos de despesa corrente, não é só criar equipamentos e infra-estruturas pois estes trazem, atrás de si, um conjunto de despesas correntes que anulam o dinheiro do investimento. Por isso é que hoje, os investimentos têm que ser muito bem pensados e o que é que nos traz mais-valias. Em dois mil, a despesa corrente foi de cinco milhões duzentos e quatro mil euros. A despesa corrente estava concentrada nos cinco milhões. Em dois mil e cinco, tínhamos despesa corrente de sete milhões cento e trinta e dois mil euros. Em dois mil e oito, foram oito milhões duzentos e oitenta e nove mil euros. Em dois mil e nove, foram oito milhões seiscentos e noventa e dois mil euros. Este ano foram nove milhões cento e quatro mil euros.

Este ano, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital teve uma despesa corrente mais baixa do que no ano de dois mil e nove. Bastaria retirar a factura da água e do saneamento... Este ano, a Câmara Municipal pagou mais seiscentos e cinco mil euros de água e saneamento. Isto quer dizer que, se eu for a estes nove milhões e retirar esta diferença de factura, fico com menos despesa corrente do que o Executivo anterior. Isto não depende de mim.

Mas, o aumento dos combustíveis, que também não depende de mim, foi de cerca de sessenta e cinco mil euros. E eu digo, se o aumento continuar tem que haver algumas reduções. Por isso, falamos na contenção em algumas coisas.

Há uma outra despesa corrente que o Executivo anterior não teve, no valor de cento e vinte e quatro mil euros, e que foi do dinheiro que esta Câmara melhor empregou. Foi aquela medida dos P.O.C.'s, de colocarmos sessenta pessoas a ganharem mais vinte por cento. E, destas pessoas, tomara eu ficar com vinte pessoas que têm muito valor e que ajudaram a tornar esta máquina da Câmara Municipal mais eficaz. Já reduzimos esta despesa, também, mas ainda temos alguns.

Há aqui algo que aumentou mas que tem a ver com as facturas em trânsito. Em dois mil e nove era de duzentos e tal mil euros e neste ano é de quatrocentos e tal mil euros.

Sobre as horas extraordinárias também houve um aumento, apesar de não ser substancial. É um dos sectores nos quais temos de mexer porque há um limite na lei para cada funcionário. Esta questão já nos foi recordada pela Inspectora que se encontra cá no Município. Há aqui um conjunto de funcionários que ultrapassam largamente as duzentas e dez horas de limite. E nós poderemos discutir se é trabalho extraordinário ou se podíamos ter outras pessoas lá, por ser exercido de forma permanente. Em dois mil e nove gastámos, em horas extraordinárias, sessenta e oito mil cento e oitenta e cinco euros. Este ano, gastaram-se noventa e cinco mil oitocentos e vinte e dois euros. Houve uma variação de vinte e sete mil



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros. Portanto, é uma área que vai merecer uma atenção especial do Executivo.

Há uma outra área que também tem que merecer alguma contenção, que é a da cedência de transporte, que também acarreta acréscimo de horas extraordinárias.

Também gostaria de referir o que é positivo no meu mandato: a questão das juntas de freguesia. Neste ano, demos às juntas setecentos e sessenta e oito mil oitocentos e noventa e oito euros. Em dois mil e nove tinha sido trezentos e quarenta e sete mil euros mais cento e vinte e quatro mil euros. Em dois mil e oito tinha sido trezentos e oitenta e três mil euros. E há aqui uma diferença na forma como se vêem as juntas, que é significativa. Dantes, aquilo que era fixo, eram cento e vinte e quatro mil euros. O que era variável era todo o resto, que chega a trezentos e tal. E o que é que houve aqui? Aqui houve fixo quinhentos mil euros – este ano são seiscentos e vinte e quatro mil euros – e uma variável de duzentos mil euros. A parte variável é uma parte que decorre de negociação.

Estes são números muito interessantes. E digo-vos uma coisa: posso abdicar de ser Presidente da Câmara por governar em minoria mas não abdicarei desta linha em relação às juntas de freguesia. Mas devemos fazer um acompanhamento criterioso a algumas obras, para que não haja aqueles problemas que às vezes encontramos.

Sr. Rui Abrantes: sobre a Construtora Santovaiense, já o posso informar que tem razão. A despesa já foi paga e era despesa de investimento e lançaram-na em despesa corrente.

Em relação às faltas, acho que é uma falsa questão. Se calhar, o que induziu em erro é que há aqui uma coluna que é de férias e que também foram lançadas como faltas. E agora eu pergunto: o Presidente pode impedir o gozo de férias legalmente previstas? É evidente que não. Mas, no que diz respeito à doença, há alguns casos em que o Estado, o sector da aposentação, não aposenta as pessoas que reúnem todas as condições e que não conseguem vir trabalhar, o que é uma injustiça. E, enquanto não se aposentarem, é a Câmara Municipal que paga as suas remunerações.

Ainda sobre as baixas, nós também não somos inocentes e percebemos que alguns atestados... Mas, quando pedimos à Delegada de Saúde para fazer a fiscalização, em oitenta por cento dos casos vem a dizer que não foi possível fazer a verificação domiciliária da doença em tempo útil. E, como é lógico, não posso ser eu a fazer essa verificação. Portanto, esta questão do absentismo é uma falsa questão. Mas uma coisa é certa: nunca veio nenhum a dizer que o funcionário não estava doente.

Em termos de investimento, a taxa de execução ultrapassou os cinco milhões, o que não será um desempenho brilhante mas há coisas que têm que se perceber. Era o nosso primeiro ano de mandato e houve que reestruturar algumas obras. Estes cinco milhões representam, em termos de quadros comparativos em termos de obra, um investimento perto dos quatro milhões. Que, se se for comparar com os Executivos anteriores, andaremos lá muito perto. Isto quer dizer que houve a necessidade de reprogramar algumas obras, como sabem. E isso atrasou a execução das obras. Por exemplo, a obra da estrada de Nogueira do Cravo não tinha um terreno adquirido.

A minha preocupação é ter dinheiro para o investimento porque, como já o demonstrei



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui, a despesa corrente tem que ter cortes para podermos aumentar as despesas de capital, uma vez que as receitas não aumentam. É deste equilíbrio entre as receitas e as despesas que o Município tem que viver. E não é verdade que estejamos na linha vermelha da dívida, conforme podem verificar pelos mapas que constituem as Contas.

Há aqui um verba, que eu não considero que seja nossa, e que são trezentos e trinta e cinco mil euros acrescidos de juros pertencentes à Junta de Freguesia de Lagos, para a Fundação.

Não tenho dúvida nenhuma que, daqui para a frente, as obras de maior dimensão têm que ter apoio do quadro comunitário porque, senão, não é possível executá-las só com as receitas da Câmara. Ninguém duvide disto.

E há muito para fazer, em muitas freguesias. Tem-se feito um caminho em algumas freguesias mas as outras não podem ficar para trás. Há freguesia em relação às quais eu reconheço que fizemos muito pouco e que temos muito que fazer. E é deste desafio e deste trabalho que eu estou pronto para discutir.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que se referiu a mim explicitamente, quero voltar a dizer que isto não tem que ser assim. Não temos nada que viver e sofrer debaixo da ditadura da banca alemã e do F.M.I.. E, por outro lado, “há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não”.

Também queria esclarecer, Sr. Presidente da Câmara, que eu disse exactamente o contrário daquilo que o Sr. Presidente agora citou. Eu disse que, quando me referi à questão do empréstimo, ainda não estava na linha vermelha.

Aliás, o Município tem capacidade de endividamento. Estarei, desde já, de acordo, sobretudo se esses novos empréstimos... E que bom que era que o Banco Central Europeu emprestasse à Câmara, a juros de um por cento, como empresta à banca privada que, depois, especula com juros acima dos seis por cento. Que bom que era se o Banco Central Europeu emprestasse à Câmara os juros que tem emprestado à banca, a um por cento.

Estarei desde já de acordo se também parte desse empréstimo for para aumentar as despesas de capital para as juntas de freguesia.”

Interveio, depois, o Sr. Rui Abrantes:

“Queria deixar o nosso sentido de voto: não obstante os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, o Grupo Parlamentar do PSD considera que os níveis de execução da despesa deviam ter sido maiores, tal como foi assumido.

Se o Sr., por hipótese, tivesse concluído esses tais projectos que vinham do Executivo, concerteza que a taxa teria sido muito maior.

Deste modo, e seguindo também a votação dos nossos representantes no Executivo, iremos abster-nos nesta votação, naturalmente deixando bem vincado que, no que diz respeito aos Srs. Presidentes das Juntas eleitos pelo PSD, poderão votar, naturalmente, da forma que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entenderem.”

Seguidamente, a Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto IV – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2010 –, tendo sido aprovado por maioria, com doze abstenções.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Voto a favor deste Relatório de Gestão do ano de dois mil e dez e Conta do exercício do ano passado, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira. Se fosse eleito directo, não votaria a favor.

Eu estou aqui – e não esqueço isso nunca – predominantemente enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira e, nessa condição, pesou o voto a favor. Não votaria a favor – repito – se fosse eleito directo na Assembleia Municipal.

E voto a favor também vindo mais à frente, ao contrário daquilo que também que às vezes aqui insinuam, que eu aqui não tenho capacidade para ver. Não olhando apenas para estas contas de dois mil e dez, voto a favor porque gosto... Eu fico satisfeito de ir ao Seixo da Beira, ao Ervedal da Beira, a outras freguesias, e ver obras que contribuem para a melhoria das condições de vida da população, como vi em dois mil e dez.

E quero, legitimamente, e por isso voto a favor olhando em frente, que os Presidentes das Juntas de Freguesia de Seixo da Beira, de Ervedal da Beira e outras freguesias, quando forem a Vila Franca da Beira, possam ver obras que contribuam para a melhoria das condições de vida dos meus conterrâneos de Vila Franca da Beira.”

Depois, foi colocado à votação o Ponto V da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2010 –, tendo sido aprovado por unanimidade.

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo treze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____